



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

THAYSE TAYANNE BASTOS SANCHES

**ENTRE O ANZOL E O PEIXE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE PESCA
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, AMAZONAS, BRASIL**

**SANTARÉM - PA
2024**

THAYSE TAYANNE BASTOS SANCHES

**ENTRE O ANZOL E O PEIXE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE PESCA
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, AMAZONAS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, do Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências da Sociedade; Área de concentração: Sociedades Amazônicas, Sistemas Culturais e Sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Elias da Silva

**SANTARÉM- PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- S211e Sanches, Thayse Tayanne Bastos
Entre o anzol e o peixe: uma análise sobre as práticas de pesca sustentável no município de Itacoatiara, Amazonas, Brasil./ Thayse Tayanne Bastos Sanches. -Santarém, 2024.
105 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Rubens Elias da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Pesca Sustentável. 2. Amazônia. 3. Conhecimentos Tradicionais. 4. Saber-fazer. I. Silva, Rubens Elias da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 639.209811




UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas minutos, apresentação na modalidade remota, no campus de Santarém da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Unidade Tapajós, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da aluna THAYSE TAYANNE BASTOS SANCHES. A banca examinadora foi composta pelas professoras Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa), examinadora interna; pelo professor Dr. Sandro Augusto Viegas Leão (PCEDR – Ufopa) e Rosana Passos Cambraia (UFVJM) examinadora externa; e pelo professor Dr. Rubens Elias Duarte Nogueira (UFOPA), orientador e presidente da banca. Deu-se início aos trabalhos, por parte da orientadora, que após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação intitulada: “ENTRE O ANZOL E O PEIXE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE PESCA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA, AMAZONAS, BRASIL”. Após este início, ficou acordado com a banca e o orientando que este teria vinte minutos para apresentação do seu trabalho. Concluída a exposição, o Prof. Rubens Elias, presidente da sessão, passou a palavra às examinadoras para arguirem o candidato. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, o mesmo foi **APROVADO**, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue dentro do prazo de trinta dias, contendo as adequações indicadas pelo orientando no último capítulo, sob pena do candidato não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pela professora orientadora, as avaliadoras e o mestrando.

Assinatura da Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
RUBENS ELIAS DUARTE NOGUEIRA
Data: 19/02/2024 20:11:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Rubens Elias Duarte Nogueira (UFOPA)

Orientador e presidente da banca

 Documento assinado digitalmente
LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO
Data: 19/02/2024 20:17:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa)


Avaliadora

 Documento assinado digitalmente
SANDRO AUGUSTO VIEGAS LEAO
Data: 20/02/2024 14:05:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandro Augusto Viegas Leão

Avaliador externo (PCEDR – Ufopa)

Rosana Passos Cambraia

 Documento assinado digitalmente
ROSANA PASSOS CAMBRAIA
Data: 19/02/2024 23:01:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliadora Externa (UFVJM)

Primeiramente à Deus. Aos meus pais, pelo amor e incentivo incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão às pessoas e instituições que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Deus, por toda a proteção me dada, iluminando meu caminho e fortalecendo minha fé e determinação nos momentos difíceis desta jornada.

Agradecer aos meus pais, Josileuza e Adenilson Sanches, cujo apoio e amor sempre foram minha fonte de inspiração. Cada palavra de motivação e encorajamento, gestos de apoio, e as orações dedicadas a mim, tiveram um impacto significativo no meu percurso. Devo tudo que sou a vocês. Todo o meu amor e gratidão.

À minha avó materna, Antônia Bastos (*em memória*), citada nessa dissertação através dos relatos e histórias vivenciadas durante a sua vida no interior da Amazônia. Gostaria que ela pudesse ter visto o resultado desse trabalho e saber que sua história de vida alcançará outras pessoas. Meu eterno amor e saudade.

Aos meus avós paternos, Manoel e Zuleide Sanches (*em memória*), também citados neste estudo, por todo amor, apoio e incentivo que me deram durante muitos anos de minha vida, quando aqui ainda estavam presentes. Meu amor e saudades eterna.

Ao meu esposo, Jordan Almeida, por sua compreensão, amor, apoio e constante incentivo ao longo dessa jornada, desde o processo de inscrição no mestrado, até e principalmente, nos momentos mais desafiadores dessa trajetória. Sua presença foi meu alicerce e motivação. Minha gratidão e amor.

À colega de mestrado, Gabriella Leusin Regio, que não mediu esforços para me ajudar, minha eterna gratidão. Sua colaboração foi fundamental para o desenvolver desta pesquisa. Sua amizade e seu apoio constantes foram um verdadeiro presente.

Aos demais colegas de mestrado com quem tive o privilégio de dividir esse percurso e aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade que contribuíram imensamente com o meu aprendizado. E a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) pela acolhida e suporte ofertados.

Ao meu orientador professor Dr. Rubens Elias da Silva, pelo seu apoio, compreensão e confiança na realização desta pesquisa, minha gratidão.

Aos órgãos e instituições de Itacoatiara por todo apoio ofertado nesse percurso, em especial à Colônia de pescadores e Academia Itacoatiarense de Letras.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e

Pesquisas (Fapespa)- Convênio nº 009/2021(Fapespa/Ufopa).

Este trabalho não teria sido possível sem a confiança e o apoio de todos vocês. Gratidão!

VIDAS SECAS

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar.

Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer.

(GRACILIANO RAMOS, 2014, p. 77).

RESUMO

Esta pesquisa explora o tema "práticas de pesca sustentável, saberes e técnicas utilizadas pelos pescadores do município de Itacoatiara – Amazonas". O objetivo deste estudo é analisar os principais elementos do saber-fazer dos pescadores envolvidos em práticas de pesca sustentável. A área geográfica de interesse para esta investigação é o município de Itacoatiara, localizado no Amazonas, Brasil. Adotando uma abordagem de revisão bibliográfica qualitativa, esta pesquisa utiliza diversas fontes de dados, incluindo artigos, revistas, periódicos, dissertações e livros, para lançar luz sobre as seguintes questões orientadoras: Quais são os principais componentes do saber-fazer dos pescadores e de que maneira suas práticas de pesca sustentável são transmitidas? A metodologia empregada compreende a coleta de dados bibliográficos, com busca em bases de dados acadêmicos como Google Scholar, CAPES e Web of Science, além do repositório do Museu Emílio Goeldi. A análise da literatura concentra-se nas dimensões do saber-fazer dos pescadores, explorando as técnicas de pesca artesanal, o uso de apetrechos e a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais. Ao concluir este estudo, ressalta-se uma compreensão mais profunda da riqueza do conhecimento tradicional dessas comunidades, examinando suas práticas, os agentes envolvidos e a interação com o meio ambiente. Destaca-se, sobretudo, a observação das formas pelas quais esses conhecimentos são transmitidos e preservados ao longo do tempo. Portanto, a análise da pesca sustentável na Amazônia abrange estratégias e medidas destinadas a assegurar a exploração responsável dos recursos pesqueiros, preservando a capacidade de regeneração das espécies e a integridade dos ecossistemas aquáticos a longo prazo. Ao longo dos séculos, a pesca evoluiu de técnicas rudimentares para uma atividade essencial no contexto socioeconômico global, proporcionando empregos e renda. No entanto, o desenvolvimento desenfreado levou a práticas prejudiciais, como a sobrepesca e a pesca predatória, ameaçando as populações aquáticas.

Palavras-chaves: Amazônia. Conhecimentos Tradicionais. Pesca Sustentável. Saber-fazer.

ABSTRACT

This research explores the theme of "sustainable fishing practices, knowledge, and techniques used by fishermen in the municipality of Itacoatiara, Amazonas, Brazil." The objective of this study is to analyze the main elements of the know-how of fishermen involved in sustainable fishing practices. The geographical area of interest for this research is the municipality of Itacoatiara, located in Amazonas, Brazil. Adopting a qualitative bibliographic review approach, this research uses various data sources, including articles, journals, periodicals, dissertations, and books, to shed light on the following guiding questions: What are the main components of the fishermen's know-how and how are their sustainable fishing practices transmitted? The methodology employed includes the collection of bibliographic data, with searches in academic databases such as Google Scholar, CAPES, and Web of Science, as well as the repository of the Museu Emílio Goeldi. The literature analysis focuses on the dimensions of the fishermen's know-how, exploring artisanal fishing techniques, the use of fishing gear, and the intergenerational transmission of traditional knowledge. Upon concluding this study, we emphasize a deeper understanding of the richness of the traditional knowledge of these communities, examining their practices, the agents involved, and their interaction with the environment. We highlight, above all, the observation of the ways in which this knowledge is transmitted and preserved over time. Therefore, the analysis of sustainable fishing in the Amazon encompasses strategies and measures aimed at ensuring the responsible exploitation of fishery resources, preserving the species' regeneration capacity and the integrity of aquatic ecosystems in the long term. Over the centuries, fishing has evolved from rudimentary techniques to an essential activity in the global socio-economic context, providing employment and income. However, unbridled development has led to harmful practices, such as overfishing and predatory fishing, threatening aquatic populations.

Keywords: Amazon. Traditional Knowledge. Sustainable Fishing. Know-how.

TABELA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Pedra pintada exposta na praça de Itacoatiara – AM.....	17
Figura 2- Colônia de pescadores – Z13. Itacoatiara – Am. Fundada em 1975	18
Figura 3- Fachada da Sede da Colônia dos pescadores Z-13, com a data de fundação de 1933	19
Figura 4 - Localização do município de Itacoatiara -AM	20
Tabela 1- Nomenclatura de alguns peixes amazônicos.....	53
Figura 5 - Atividade de pesca é um importante meio de sobrevivência e de geração de renda..	54
.....	
Figura 6 - Espinhel utilizado por pescadores.....	59
Figura 7 - Zagaia utilizada na pesca artesanal	59
Figura 8 - Vara ou caniço utilizados por pescadores artesanais	60
Figura 9- Pescador utilizando rede de emalhe (malhadeira) durante a atividade de pesca.	61
Figura 10 - Momento em que os pescadores estão colocando as redes dentro da embarcação.	61
.....	
Figura 11 - Momento de pescaria com redes de emalhe	62
Figura 12 - Tarrafa sendo utilizada na prática de pesca	63
Figura 13- Momento em que os pescadores jogam a tarrafa no rio	63
Figura 14 - Momento de pescaria, retirada dos peixes na embarcação	63
Figura 15 - Curral de pesca. a) mourões, b) varas, c) cintas e d) tela.....	64
Figura 16 - Detalhamento do matapi. a) abertura de acesso, b) interior do matapi, (c) porta do matapi.	65
Figura 17 - Embarcações ancoradas em frente a cidade de Itacoatiara - AM.....	67
Figura 18 – Canoas confeccionadas com madeira.....	68
Figura 19 - Canoas motorizadas utilizadas por pescadores de Itacoatiara - AM	68
Figura 20 - Pescaria em Itacoatiara - AM, utilizando voadeiras.....	69
Figura 21 - Porto do Jauari. Itacoatiara - AM.....	70
Figura 22 – Mercado Municipal de peixe Raimundo Pereira da Silva. Jauari. Itacoatiara -AM	71
.....	
Figura 23 – Área interna do mercado municipal de peixe Raimundo Pereira da Silva.....	72

Figura 24 - Mercado municipal de peixe Gesta Filho. Bairro Santo Antônio. Itacoatiara - AM	72
Figura 25- Área interna do mercado municipal de peixe Gesta Filho. Bairro Santo Antônio. Itacoatiara - AM	73
Figura 26 – Porto do Jauari, sem estrutura apropriada para as embarcações. Itacoatiara - AM	74
Figura 27 – Venda de peixes à beira do rio, por pescadores artesanais, no porto do Jauari. Itacoatiara	75

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
CANP	Colônia Agrícola Nacional do Pará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMAAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CONAPE	Comissão Nacional de Aquicultura e Pesca
CPP	Código de Processo Penal
GIGÁS	Companhia de Gás do Amazonas
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDPA	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PPG7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PROVÁRZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
SDPA	Seguro Defeso do Pescador Artesanal
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEAGA	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Administrativa
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	O tema e a pesquisadora.....	24
2	PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PESCA NA AMAZÔNIA: ENTRE RIOS E TRANSFORMAÇÕES.	29
2.1	Conceitos e princípios da pesca sustentável	44
2.2	Aspectos socioeconômicos da pesca na Amazônia	49
3	SABERES E TÉCNICAS: INSTRUMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS NA PESCA ARTESANAL EM ITACOATIARA - AM.....	54
3.1	Instrumentos de pesca	57
3.1.1	Espinhel.....	57
3.1.2	Zagaia.....	59
3.1.3	Canço	60
3.1.4	Malhadeira (Caçoeira ou rede de espera).....	60
3.1.5	Tarrafa.....	62
3.1.6	Curral de Pesca.....	63
3.1.7	Anzol (Linha de mão).....	65
3.1.8	Matapi	65
3.1.9	Embarcações (canoa, cascos, montarias, canoa motorizada, voadeira).....	66
3.2	A PESCA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA – AMAZONAS	70
3.3	TRADIÇÕES ANCESTRAIS E RITUAIS NOTURNOS: PESCADORES E PESCARIAS, MUNICÍPIO DE ITACOATIARA – AMAZONAS.....	77
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a investigar e compreender as práticas de pesca sustentável, os saberes e as técnicas empregadas pelos pescadores no município de Itacoatiara, localizado no coração da região amazônica, no estado do Amazonas. Este estudo tem como objetivo geral analisar os principais elementos do saber-fazer dos pescadores envolvidos em práticas de pesca sustentável no município de Itacoatiara, situado no vasto estado do Amazonas. O escopo mais amplo deste trabalho é avançar no entendimento das complexas relações que ligam os pescadores tradicionais a seu ambiente natural, delineando os elementos essenciais do seu saber-fazer, e a gestão da pesca artesanal. Essa abordagem compreende não apenas as técnicas e saberes empregados por esses pescadores ao longo das gerações, mas também lança luz sobre os mecanismos de transmissão desse conhecimento precioso, que é preservado e compartilhado, muitas vezes de forma oral.

A escolha de investigar os principais elementos do conhecimento e das habilidades dos pescadores envolvidos em práticas de pesca sustentável é motivada por várias razões. Em primeiro lugar, a pesca sustentável desempenha um papel fundamental na conservação dos recursos aquáticos e na preservação dos ecossistemas aquáticos, especialmente na região da Amazônia. Compreender os aspectos específicos do conhecimento e das habilidades dos pescadores nesse contexto pode fornecer informações valiosas para o desenvolvimento de estratégias de manejo e políticas de conservação mais eficazes. Além disso, as comunidades de pescadores tradicionais têm uma herança de conhecimento acumulado ao longo de gerações, e esse conhecimento desempenha um papel importante em sua subsistência. Ao investigar esses elementos, podemos contribuir para a preservação das tradições culturais locais e valorizar a sabedoria das comunidades tradicionais. Outra razão fundamental para esta pesquisa é compreender como o conhecimento é transmitido entre gerações. À medida que a sociedade evolui e as práticas tradicionais enfrentam desafios, é essencial entender os mecanismos de transmissão desse conhecimento para garantir sua continuidade.

Nesse contexto, o presente estudo visa aprofundar essa compreensão, concentrando-se no município de Itacoatiara, por ser uma das cidades mais antigas do estado do Amazonas, para investigar as práticas de pesca sustentável utilizadas pelos

pescadores dessa localidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de acordo com o último censo realizado em 2022, a sua população estimada é de 103.598 pessoas e uma área territorial de 8.891.906 km² (IBGE, 2023).

Ainda de acordo com o IBGE (2023), Ferreira João Sampaio, fundou, no século XVIII, o primeiro núcleo de povoamento organizado em território do atual município de Itacoatiara. Mas somente em 25 de Abril de 1874, foi elevada à condição de cidade, pela Lei Providencial nº. 283. O nome da cidade tem origem da língua Tupi-Guarani e significa “pedra pintada”, itá (pedra) e coatiara (pintado, gravado, escrito, esculpido), recebendo essa denominação pela existência de várias pedras localizadas em frente a cidade, com inscrições gravadas nelas.

Esse registro de pedras está às margens esquerdas do Rio Amazonas, que de acordo com Silva (2017):

Guarda uma original história de civilizações pregressas, sinalizando que os índios deviam saber comunicar-se por meio de sinais, de uma escrita bastante primitiva, mas suficientemente clara para eles, na visão dos naturalistas ingleses Henry Walter Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace (1823-1913) – que no final de 1849 visitaram a então vila de Serpa – “são curiosos os desenhos esculpidos sobre os rochedos [do sítio Jauari], parecidos com os que se encontram no [rio] Orenoco (SILVA, 2017, p. 165).

Segundo o Portal da Amazônia (2022), em um período de vazante do rio, foi encontrada uma pedra pintada com uma figura rupestre, a palavra “TROPA”, uma cruz e as datas 1744 e 1754, que marca a passagem de Mendonça Furtado pela localidade, no ano de 1754, e o sargento-mor Francisco Xavier de Moraes (1700-c. 1788) em 1744. Essa pedra foi removida por volta de 1970 e se mantém exposta até os dias atuais na praça principal da cidade, se tornando um ponto turístico.

Figura 1- Pedra pintada exposta na praça de Itacoatiara- AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

A designação Itacoatiara, segundo Silva (2017), recebeu influência portuguesa no termo do tupi i'tá kwati'ara. Essas pedras são encontradas no porto do Jauari e são chamadas de itaquatiaras e as suas inscrições só podem ser vistas no período de baixa das águas do verão amazônico.

Dessa forma, as pessoas que moram em Itacoatiara são denominadas Itacoatiarenses, essa designação é resultante da junção cultural que ocorreu ao longo da história da região. Os itacoatiarenses são a mistura da confluência dos grupos étnicos: indígenas, africanos e europeus. A causa dessa miscigenação se deu por Itacoatiara ter uma posição estratégica, estando localizada à margem do maior e mais caudaloso rio do mundo, o Rio Amazonas. Favorecendo assim, a vinda de várias pessoas que chegavam ao município para estudar, passear e trabalhar (SILVA, 2017).

Os primeiros habitantes de Itacoatiara, ainda segundo o autor supramencionado, foram os índios Iruri, definidos como um povo de paz, eram coletores, agricultores e especialistas em fazer farinha e conservar peixes. Moravam às margens do rio Maturá, afluente da margem direita do médio Rio Madeira.

Os principais rios que banham Itacoatiara são o rio Urubu, que de acordo com Silva (2017), é um afluente de águas negras que flui para o Rio Amazonas, com

aproximadamente 400 km de extensão, originando-se nas proximidades da República da Guiana, anteriormente conhecida como Guiana Inglesa ou uma colônia britânica na costa norte da América do Sul. Em seu percurso dentro do território de Itacoatiara, o rio segue uma direção predominante de norte a sudeste, com algumas pequenas variações, ele percorre um leito que é caracterizado alternadamente como pedregoso ou de argila e, após passar ao norte da cidade de Itacoatiara, desagua no Paraná de Itapiranga, em frente à cidade homônima. E o Rio Amazonas, segundo o Portal da Amazônia (2023), considerado como o rio mais longo do planeta, estendendo-se por 6.992 quilômetros, e abriga mais de mil afluentes, além disso, sua bacia hidrográfica engloba aproximadamente sete países sul-americanos, que incluem o Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e Guiana.

É importante destacar que a cidade de Itacoatiara conta com a Colônia de pescadores – Z13, fundada no ano de 1933, sendo a segunda colônia de pescadores mais antiga do estado do Amazonas, atualmente com 3 mil pescadores associados. De acordo com as informações obtidas junto ao presidente da Z13, o município conta com 252 comunidades ribeirinhas que praticam atividades de pesca, pertencentes aos lagos e rios: rio Urubu; rio Ararí; lago Cumarú; Lago Beija-flor; Ilha do Soreano; Lago do Cavado; Lago de Serpa; Ilha do risco e Lago Canaçarí. Uma das principais fontes de renda do município, segundo o Instituto Amazônia (2023), é a pesca. Nesse contexto pode-se citar as espécies de peixes mais comuns: pacu; sardinha; curimatã; branquinha; jaraqui; matrinxã; pirarucu; pirapitinga; tambaqui; e outras provenientes de água doce.

Figura 2- Colônia de pescadores - Z13. Itacoatiara- AM. Fundada em 1975



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 3- Fachada da Sede da Colônia dos pescadores Z-13, com a data de fundação de 1933

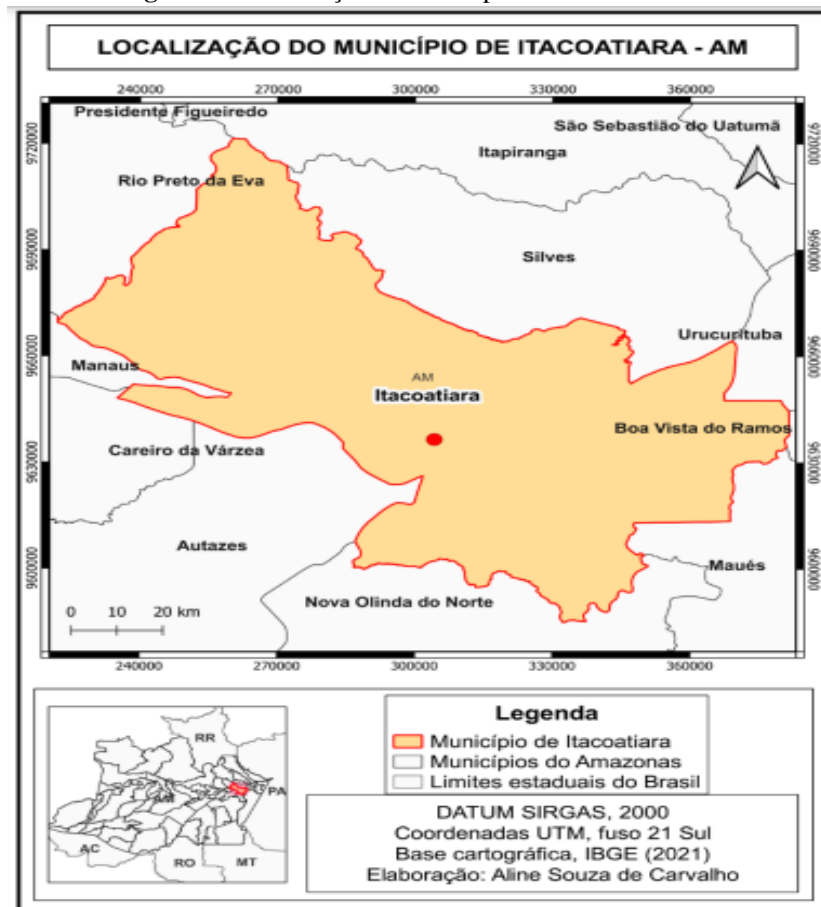


Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Sobre os aspectos físicos e geográficos do município, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (2023), apresenta como dados que Itacoatiara está situada na 8ª Sub-Região, compreendendo a Região do Médio Amazonas. É uma cidade cujas fronteiras se estendem pelos municípios de Itapiranga, Silves, Urucurituba, Boa Vista do Ramos, Maués, Nova Olinda do Norte, Autazes, Careiro, Manaus e Rio Preto da Eva. A distância da sede municipal até a capital do estado, Manaus, é de aproximadamente 175 quilômetros em linha reta e 201 quilômetros via fluvial.

O clima predominante na região de Itacoatiara é tropical, caracterizado por uma estação chuvosa e úmida. As temperaturas variam, com médias em torno de 27,1°C, atingindo máximas de 40°C e mínimas de 23°C. A superfície de Itacoatiara abrange uma área de 889.202 hectares, correspondendo a 8.892,02 quilômetros quadrados (ou 3.433,23 milhas quadradas), com uma densidade populacional de 11,4 habitantes por hectare ou quilômetro quadrado. A cidade se encontra a uma altitude de 26 metros e suas coordenadas geográficas decimais são -3.14198 de latitude e -58.4426 de longitude. O fuso horário em Itacoatiara segue o UTC -4:00 (América/Manaus).

Figura 4 - Localização do município de Itacoatiara -AM



Fonte: Aline Souza de Carvalho (2023)

No contexto da pesquisa em questão, o método escolhido para abordar e compreender o problema se baseou em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Essa abordagem envolveu a análise crítica e ampliada suportada por diversas fontes de informação, incluindo artigos científicos, monografias, revistas especializadas, periódicos, dissertações e livros. Essa diversidade de fontes foi estrategicamente selecionada para proporcionar uma visão abrangente do tópico em estudo, de forma que informações relevantes e atualizadas fossem consideradas. A pesquisa bibliográfica não se restringiu a um determinado período.

Por meio dessa revisão bibliográfica, a pesquisa visa lançar luz sobre a seguinte questão norteadora: "Quais são os principais elementos do saber-fazer dos pescadores envolvidos em práticas de pesca sustentável?". Essa pergunta direciona a coleta e análise de dados, com o objetivo de identificar os aspectos-chave das práticas de pesca sustentável no Amazonas, município de Itacoatiara, bem como os mecanismos

pelos quais esse conhecimento é preservado e transmitido dentro das comunidades de pescadores tradicionais.

Os resultados da pesquisa foram organizados de forma a contemplar os objetivos específicos da pesquisa, que são: “Identificar os elementos fundamentais do saber-fazer dos pescadores no município de Itacoatiara; “Investigar os mecanismos e as práticas de transmissão do conhecimento sobre pesca sustentável; compreender a dinâmica de ensino-aprendizado entre gerações de pescadores”; dando destaque para os principais achados relacionados ao tema do estudo. A presente pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios éticos, garantindo a citação e referências das fontes utilizadas na revisão bibliográfica.

A metodologia se deu, através da coleta de dados bibliográficos, realizando a busca em base de dados acadêmicos como: Google Scholar, CAPES, Web of Science, assim como repositório do museu Emílio Goeldi, utilizando palavras-chave relevantes, como “pesca sustentável”; “práticas de pesca”; “Itacoatiara - Amazonas”, “apetrechos de pesca” e termos relacionados ao tema. Foram estabelecidos critérios de seleção como relevância temática, tipo de documento, localização geográfica, atualidade e qualidade e metodologia de pesquisa, para incluir artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos que abordassem as práticas de pesca sustentável no município de Itacoatiara no Amazonas.

A escolha por esse método de pesquisa se justifica pela sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e aprofundada do tema, baseada em evidências e teorias consolidadas. Além disso, permite estabelecer conexões entre as informações coletadas a partir de diversas fontes, enriquecendo a compreensão do problema em estudo.

Este estudo não incluiu uma pesquisa de campo devido a circunstâncias pessoais do pesquisador durante o período do mestrado, que resultaram na necessidade de mudança da cidade de Santarém no Oeste Paraense para a cidade de Itacoatiara no Amazonas, afetando assim a escolha do tema e a possibilidade de realizar tal pesquisa. Devido à restrição de tempo para cumprir os prazos do mestrado, a pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica.

Entretanto, foi enfrentada uma dificuldade significativa em encontrar fontes bibliográficas relevantes sobre práticas de pesca sustentável no município de Itacoatiara. Diante desse desafio, foram realizadas algumas visitas a instituições locais, como a

colônia de pescadores e a academia de letras Itacoatiarense, realizando um instrumento de observação, com conversas informais. Durante essas visitas, foi possível dialogar com pescadores locais, os quais forneceram informações valiosas para a pesquisa. Por esse motivo, o texto inclui relatos dessas interações com pescador, a fim de enriquecer a análise.

A análise da literatura planejada para esta pesquisa tece as diversas dimensões do saber-fazer dos pescadores, uma vez que desempenham um papel vital no contexto das práticas de pesca sustentável. O exame abrange um espectro amplo e variado de tópicos, compreendendo as técnicas e instrumentos de pesca artesanal utilizados pelos pescadores tradicionais. Entre elas, destacam-se o uso de redes de emalhe, armadilhas, currais de pesca e espinhéis, que constituem métodos intrincados e muitas vezes altamente especializados para a captura de peixes, quando não apenas revelam o conhecimento técnico dos pescadores, mas também ressaltam sua capacidade de adaptação às complexidades do ambiente aquático. Além disso, a análise se aprofunda nas estratégias adotadas pelos pescadores na interpretação dos sinais naturais. Isso engloba uma compreensão profunda das marés, correntes, estações do ano, comportamento dos peixes e outros elementos. Essa capacidade de interpretação é muitas vezes passada de geração em geração e é um testemunho da conexão íntima que os pescadores tradicionais têm com o ambiente aquático.

Um aspecto na análise é a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais. Isso envolve a maneira pela qual os pescadores mais experientes compartilham seus conhecimentos com as gerações mais jovens. A transmissão desse conhecimento é muitas vezes realizada de forma oral, através de histórias e experiência prática. Compreender esse processo é essencial para garantir a continuidade das tradições culturais e práticas de pesca sustentável, além de valorizar a riqueza do conhecimento tradicional acumulado ao longo do tempo.

Com o intuito de aprofundar a compreensão da utilização e reprodução das práticas de pesca, bem como do rico saber-fazer dos pescadores tradicionais, esta pesquisa está estruturada em cinco seções distintas. Cada uma tem um propósito específico e contribui para a investigação de maneira progressiva. Na seção 1: Introdução, se estabelece o cenário e o contexto para a pesquisa, apresentando a motivação por trás do estudo, delineando as questões de pesquisa, objetivos e justificativas, além de fornecer

uma visão geral das etapas metodológicas adotadas. Na seção 2: A pesca na Amazônia, é dedicado a uma exploração aprofundada do ambiente ecológico único da Amazônia e sua relação com a pesca, discutindo as características dos rios, lagos e áreas aquáticas da região e trazendo uma linha do tempo da pesca no estado, abordando as mudanças ocorridas com o passar dos anos. Na seção 3: Saberes e Técnicas: adentramos o mundo do saber-fazer dos pescadores, explorando as técnicas e instrumentos utilizados na pesca artesanal, bem como a interpretação de sinais naturais que guiam suas atividades, a sabedoria da pesca, aprofundando o conhecimento incorporado nas práticas de pesca sustentável, a transmissão intergeracional e a integração da cultura e da pesca nas comunidades locais, exploramos como o saber-fazer não é apenas uma habilidade técnica, mas também um componente essencial da identidade cultural das comunidades ribeirinhas; e a invisibilidade da mulher na prática pesqueira amazônica. A quarta e última seção: Resultados e discussões, compila os resultados da pesquisa e fornece uma plataforma para a discussão dos achados, nele confrontamos as informações coletadas com a literatura existente, analisamos os dados à luz das perguntas norteadoras e dos objetivos da pesquisa. Esta estrutura de seções foi elaborada com a intenção de oferecer uma jornada metodológica e temática coesa, permitindo a exploração das práticas de pesca sustentável e do conhecimento dos pescadores tradicionais.

Cumprе salientar que ao final desse estudo, busca-se a compreensão da riqueza do conhecimento tradicional desses povos, as suas práticas, seus atores e sua conexão com o meio ambiente, observando as formas pelas quais esses conhecimentos são transmitidos e preservados ao longo do tempo, assim como os desafios que são encontrados por comunidades pesqueiras no que tange a manutenção de suas práticas tradicionais diante das mudanças sociais, econômicas e ambientais com o passar dos anos. Espera-se que esta pesquisa ofereça um panorama sobre o saber-fazer dos pescadores, sua importância e os desafios encontrados por esses grupos sociais. Busca-se também, contribuir para o fortalecimento do diálogo acadêmico sobre a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais dos pescadores, ricos em cultura.

No contexto da pesquisa que propõe a análise da riqueza do conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras, é fundamental destacar que a atividade da pesca não se limita a um mero meio de subsistência ou uma fonte de renda. Ela desempenha um papel primordial na história, cultura e economia de diversas comunidades ao redor do

mundo, moldando suas identidades e estilos de vida ao longo dos séculos. Os pescadores, ao desenvolverem um saber-fazer único ao longo das gerações, combinam conhecimentos tradicionais com a experiência prática e a contínua adaptação às mudanças no ambiente aquático. Assim, a pesca transcende seu caráter econômico e se transforma em um conjunto de práticas profundamente enraizadas na cultura das comunidades pesqueiras. É nesse contexto que a pesquisa se insere, buscando não apenas valorizar e preservar os conhecimentos tradicionais dos pescadores, mas também promover um diálogo acadêmico enriquecedor e uma apreciação mais ampla da riqueza cultural que essas comunidades representam.

Em se tratando da Amazônia, a pesca é uma das atividades principais do modo de vida das populações tradicionais, tendo uma pluralidade de significados, constituindo-se em fonte de alimentos, comércio, lazer, e sobretudo é uma prática que envolve saberes, sentidos e percepções dos atores e dos ambientes a margem dos rios. Um dos principais tipos de pesca dessa região é a pesca artesanal, a qual as comunidades ribeirinhas utilizam para alimentar as suas famílias. Pescam em pequenas quantidades e utilizam técnicas tradicionais, com equipamentos simples como redes de emalhe, tarrafas, espinhel, anzóis e canoas.

Os parágrafos acima apresentados destacam a importância da pesca, tanto em contextos globais quanto na região específica da Amazônia, como uma atividade intrinsecamente ligada à cultura e à economia de diversas comunidades. A pesca não é apenas uma fonte de sustento econômico, mas também uma prática que envolve saberes tradicionais, experiência e uma profunda conexão com o meio ambiente. Essa conexão entre os pescadores e o ambiente aquático é uma característica marcante da pesca artesanal na Amazônia, onde as comunidades ribeirinhas utilizam técnicas tradicionais e equipamentos simples para pescar e alimentar suas famílias.

1.1 O tema e a pesquisadora

*“Tudo o que se passa no onde vivemos é em nós que se passa.
Tudo que cessa no que vemos é em nós que vemos”
(Fernando Pessoa)*

Meu interesse pelo tema saber-fazer dos pescadores artesanais, surge a partir da relevância dos conhecimentos e técnicas construídos socialmente através de gerações, da experiência e interação com o meio ambiente, influenciado por fatores sociais e culturais. Este tema permeia a minha trajetória desde muito antes de pensar a vida acadêmica, no entanto só pude ter clareza disso por meio do mestrado. A relação com o saber-fazer, por meio dos pescadores da minha família, esteve presente durante toda a minha história de forma direta e indireta.

Sou neta da Antônia da Conceição Bastos (*em memória*) assim como a minha avó materna nasci e cresci na cidade de Monte Alegre, no interior do Oeste Paraense, localizada à margem esquerda do Rio Gurupatuba. Minha avó morava em uma comunidade rural chamada CANP, filha do português Joaquim e da pinta cuiá² Maria, viveu até os seus 94 anos, teve duas filhas, foi mãe solteira, mulher forte e batalhadora, trabalhou na roça plantando e colhendo, lavava roupas nos pocinhos, e pescava nos igarapés próximos a sua casa, para ajudar na alimentação da sua família. Pescar na nossa região é também uma prática repassada de pais para filhos, muitos pescam por ser uma atividade de trabalho ou autoconsumo, outros por lazer, momento de reunir familiares e amigos.

Os pocinhos citados anteriormente, eram grandes buracos cavados na terra com a finalidade de atingir um lençol aquífero, localizados em um terreno com acesso comunitário. Lá as pessoas poderiam lavar roupas, buscar água e até tomar banho. A água era retirada com um balde amarrado em uma corda grossa. Em alguns poços esse balde era uma lata de tinta seca que era reutilizada. Ao lado de um pocinho sempre tinha um “giral”, uma mesa feita de madeira, muito utilizada pelos frequentadores para lavar roupas.

Lembro que, durante as vezes que acompanhei minha avó até esses pocinhos, caminhávamos por uma estrada que cheirava a taperebá¹, conversávamos, cantávamos e comíamos as frutas encontradas na beira da estrada, passávamos por um pequeno igarapé raso, que durante o inverno ficava um pouco mais cheio e atraía as

¹ Taperebá: Também conhecida como cajá, caju-manga, cajá-mirim, acajá, entre outros nomes. O taperebá é uma fruta muito encontrada na região norte, nordeste e no estado de Goiás, e tem um sabor um pouco azedo. Os frutos de taperebá caem ao chão quando estão maduros, formando um tapete amarelo e exalando um cheiro forte frutificado. Disponível em: <https://flordejambu.com/blog/descubra-5-beneficios-do-tapereba>.

crianças da redondeza e nós brincávamos nele por horas. Na época da cheia podia-se pescar nesses igarapés. Trago memórias afetivas ainda muito vívidas em minha mente.

Durante toda a sua trajetória de vida no interior do Pará, minha avó afirmava ter ouvido e visto muita coisa em meio as noites no quintal de sua casa, nas ruas da vila, ou nas idas aos pocinhos, lagos e igarapés.

Dizia ela serena e concentrada:

“Minha filha, eu já vi muita coisa, já ouvi mais ainda nesses anos todos indo para os roçados, para os poços buscar água, igarapés. Existe muita coisa entre nós que a gente nem imagina. Nunca vá ao meio-dia ou seis da tarde para um poço ou igarapé sozinha, muito menos quando estiver nos seus dias², os seres de lá gostam de encantar as mulheres, a mãe d’água leva você para viver no fundo do rio”.

Em diversas ocasiões ouvi histórias populares de seres que habitam os rios, lagos e igarapés. Há pouco tempo, em Monte Alegre, pescadores ainda relatavam sobre uma cobra grande que estava aterrorizando os rios e que ninguém teria coragem de enfrentar, por vezes descrita como protetora, outras como uma ameaça assustadora.

Conheci, através dessas histórias, o Boto e o seu poder de encantar as mulheres, a grandeza assustadora da Cobra Grande e o quanto de embarcações ela pode virar quando se mexe pelas águas dos rios, e o canto apaixonante da mais bela sereia - a Iara. Confesso que ficava encantada ao ouvir, tudo era muito mágico, fascinante!

Segundo Farias (2019), os mitos amazônicos versam sobre o respeito pela natureza e seus elementos, transmitindo ensinamentos. Os personagens retratados nesses mitos são seres mágicos com poderes especiais, cujo propósito é preservar a floresta, os rios e a fauna, ao mesmo tempo em que ensinam os seres humanos a se relacionarem harmoniosamente com esses elementos.

Sou filha do Adenilson e da Josileuza, meu pai nasceu e viveu boa parte da sua infância na região de várzea, até aproximadamente seus 11 anos, em uma comunidade chamada Sapucaia, juntamente com seus pais e irmãos, em uma casa de madeira coberta de palha à beira do rio. Fazedor de piracuí dos melhores como ele mesmo se intitula. O piracuí tão famoso no estado do Pará é uma farinha feita de peixes,

² A expressão “seus dias” era usada para dizer que a mulher estava menstruada.

na cidade de Monte Alegre o bom piracuí é aquele feito do Acarí.

Meu pai, desde pequeno aprendeu a pescar e produzir, um saber-fazer oriundo dos ensinamentos dos meus avós paternos, o Manoel e a Zuleide Sanches, *in memoriam*, que usavam a pesca para alimentar sua família e também como produto de troca. Meu pai conta que o peixe era a moeda da região onde viviam. Em determinado momento um barco vindo de outras localidades, cheio de alimentos não perecíveis, passava pela comunidade e os pescadores realizavam a troca de peixes ou piracuí por quilos de arroz, farinha, açúcar, café, entre outros. Essa prática, possibilitava que os ribeirinhos suprissem suas necessidades e adquirissem os itens desejados pela negociação direta, usando os peixes como “moeda de troca”.

Saíam para pescar de canoa a remo, meu pai, meu avô e meu tio, logo depois do café da manhã, levavam com eles uma tarrafa, farrofa de piracuí, uma faca e muitos conhecimentos tradicionais adquiridos através das gerações e do convívio diário com o meio ambiente em que estavam inseridos. Quando chegavam no lago escolhido jogavam a tarrafa na água e logo em seguida a recolhiam cheia de Acarí, repetiam diversas vezes até que a canoa se enchesse do peixe. Meu pai conta que nessa época, por volta de 48 anos atrás, ainda se tinha fartura de peixes, e em pouco tempo conseguiam obter uma relativa quantidade de pescado para voltar para casa.

Quando chegavam em casa separavam a quantidade de acarí para comer e vender e a outra para fazer o piracuí. Para a produção da farinha do peixe, cortavam as cabeças e descartavam, o restante do peixe era tratado³, lavado e cozido em um tacho⁴, em seguida era retirado as espinhas e a carne amassada por uma garrafa e depois colocada em um forno para assar mexendo com colheres feitas de madeira até a torra total.

Os meses de setembro, outubro e novembro eram os melhores meses para a pesca do acarí (*Loricariidae*), e no período de cheia dos rios para as outras espécies como tambaqui, pirarucú e surubim. Para a captura do Pirarucu (*Arapaimas giga sp.*)

³ Tratar o peixe, geralmente se refere ao processo de limpeza e preparação para o consumo. Isso envolve a remoção das escamas, das vísceras e das guelras, além de lavar bem o peixe em água corrente.

⁴ Tacho pode ser um recipiente utilizado para cozinhar ou ferver líquidos, geralmente feito de metal, como cobre, alumínio ou aço inoxidável. É comumente usado na preparação de alimentos, como fazer doces, caldos, geleias e frituras.

eles usavam como apetrechos o arpão ou uma linha com anzol na ponta.

Recordo-me que durante a minha adolescência, por vezes meus pais saíam depois de 18 horas para pescar camarão na vila de Pariçó, um vilarejo à beira do rio Gurupatuba, onde até hoje é comum ver pescadores em suas canoas lançando com destreza suas redes na esperança de capturar os peixes para alimentar sua família ou para vender na feira da cidade. Usavam uma malhadeira de aproximadamente três metros que era segura em cada ponta por uma vara de madeira, formando um tipo de rede de captura, sempre em noites de lua cheia, quando as praias ficavam iluminadas pelo luar.

Meus pais retornavam da pescaria durante a madrugada, e logo ao chegar em casa, acendiam uma fogueira ali em meio ao quintal de areia, e começavam o cozimento. Pedacos de lenha, um pouco de carvão, quatro tijolos dispostos em dois blocos para dar suporte a uma grelha onde iria um panelão cheio de água para cozer o camarão. Lembro perfeitamente deste momento, “salivando”, pois logo se pegavam pratos, limão e farinha de mandioca para acompanhar o camarão quentinho saindo da panela direto para os nossos pratos.

Ao relatar essas memórias tenho o intuito de salientar, que o processo de pesca vai muito além da captura do peixe, se inicia desde a separação dos apetrechos necessários, a escolha do dia e do horário, da época do ano para a pesca de certas espécies, da posição da lua, a escolha das técnicas a serem usadas até o momento de preparação ou de venda do pescado.

O momento de pescaria dos meus pais englobava uma série de elementos: desde o saber-fazer, as técnicas que foram repassadas na nossa família por gerações, os apetrechos que seriam utilizados, o momento em família, e as memórias afetivas que estavam sendo constituídas e que tenho tão vívidas em minha mente.

A pesca artesanal vai muito além da simples busca ou captura do peixe, é um momento de conexão com a natureza, de convivência e compartilhamento de conhecimento entre os pescadores, fortalecendo vínculos de comunidade e de cultura.

Sou montealegrense⁵, e foi em Monte Alegre que cursei a graduação em Ciências Sociais e em seguida a licenciatura em Pedagogia. Filha de professora, também atuo na educação como docente por quase dez anos. Mudei para a cidade de Santarém

⁵ Montealegrense é o termo destinado a pessoa que nasce na cidade de Monte Alegre, localizada no Oeste Paraense.

no ano de 2015, onde está situada a UFOPA – Universidade Federal do Pará, a qual me acolheu como mestranda. Em Santarém⁶, também tive a oportunidade de lecionar na educação à distância e semi-presencial em cursos de nível superior, uma experiência nova na minha trajetória profissional e muito enriquecedora, foi neste contexto que pude mais uma vez estar, de forma indireta, imersa no mundo dos pescadores, pois tive muitos alunos pescadores, moradores de comunidades ribeirinhas, e com isso muita troca de histórias, conhecimentos e cultura foi realizada. Alunos-pescadores, alunos professores-pescadores, filhos de pescadores e uma riqueza cultural grandiosa.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PESCA NA AMAZÔNIA: ENTRE RIOS E TRANSFORMAÇÕES.

Vamos explorar nesta seção, uma periodização da pesca na Amazônia e examinar as mudanças ao longo do tempo, a fim de compreender a complexa relação entre a pesca, o meio ambiente e a cultura nessa região tão singular. A história da atividade da pesca na Amazônia é uma narrativa complexa e multifacetada, que abrange períodos de mudanças institucionais, influências culturais e desafios ambientais. Ao longo desse percurso, diversos atores desempenharam papéis cruciais, desde as comunidades indígenas que praticavam a pesca como meio de autoconsumo até os colonizadores europeus que introduziram outras técnicas. No decorrer do tempo, as políticas públicas e regulamentações relacionadas à pesca também passaram por transformações expressivas. Este panorama histórico proporciona um contexto abrangente para a análise de momentos-chave, decisões relevantes e políticas que moldaram a atividade da pesca no Amazonas.

A denominação “Amazonas”, a qual, em um primeiro momento, fora atribuída ao majestoso rio que serpenteia a vasta planície amazônica, representando uma das mais grandiosas e caudalosas vias fluviais do nosso planeta. Este rio contempla uma extraordinária bacia hidrográfica que, de certa forma, influencia o destino de todo um vasto subcontinente. Contudo, à medida que se desvendam as peculiaridades, contrastes

⁶ Santarém é um município localizado no estado do Pará, na região norte do Brasil, com 331.937 habitantes, de acordo com o último censo 2022. Dados do IBGE disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>.

e similitudes entre as diversas conformações regionais presentes nesse extenso vale margeado pelo rio-mar, emerge a complexidade do território que veio a ser conhecido como "Amazônia". Este território, de natureza multinacional e plurinacional, resulta de bilhões de anos de transformações nos reinos vegetal e animal, bem como do intrincado convívio de diversos grupos étnicos ao longo das eras (SOUZA, 2019).

A hidrologia da bacia amazônica abrange uma vasta rede de rios, igarapés, lagos e canais, representando aproximadamente 20% da água doce global. O Rio Amazonas, típico das planícies, possui dois elementos principais: o leito principal e as áreas marginais, que se mesclam durante a cheia. A influência hidroquímica provém das montanhas andinas, gerando águas brancas e claras com sedimentos ricos em minerais. Além disso, o oceano Atlântico, onde desaguam o Amazonas e o Tocantins, exerce impacto. A bacia, com cerca de sete milhões de quilômetros quadrados, destaca-se pela diversidade ictiofaunística, sendo as águas brancas, especialmente as de várzea, as mais produtivas para a pesca (SANTOS; SANTOS, 2005).

Nos rios da Amazônia central, os pulsos de inundação, com variações de 8 a 15 metros entre os períodos de seca e cheia, desempenham um papel crucial. Esses pulsos dividem-se em quatro fases distintas: a enchente, de dezembro a abril, quando muitas espécies formam cardumes e migram para desovar; a cheia, entre maio e junho, caracterizada por intensa atividade alimentar e crescimento dos peixes; a vazante, de julho a setembro, marcada pela saída dos peixes das áreas inundadas; e a seca, de outubro a novembro, período crítico de concentração dos peixes e desafios ambientais. Essas fases variam ao longo da extensa bacia amazônica, contribuindo para a complexidade da diversidade ictiofaunística e influenciando as pescarias (SANTOS; SANTOS, 2005).

Em relação as características físico-geográficas da região Amazônica, estas ofertam distintas oportunidades para a atividade pesqueira. A presença de diferentes corpos d'água, como rios, igarapés, lagos, paranás, fozes de rios e a orla marítima, cria contextos específicos - fluvial, lacustre e marítimo - que são explorados pela população rural para autoconsumo e comercialização. Esses recursos hídricos são considerados meios de produção para certos grupos sociais amazônicos.

Iniciaremos nossa discussão pelo período pré-colombiano, ou seja, antes da chegada dos portugueses, quando os indígenas praticavam a pesca como autoconsumo. Não haviam políticas públicas ou instituições formais para regular a pesca nesse tempo.

De acordo com as observações de Fonseca (2008), nas regiões de várzea e planícies alagadas que acompanham os rios da Amazônia, as cheias desempenham um papel crucial na concentração de nutrientes minerais e no transporte de nutrientes naturais. Isso resulta em uma produtividade de pesca considerável e torna essas áreas altamente propícias para a prática da agricultura. Os habitantes originais da Amazônia, durante o período pré-colonial, já tinham consciência da adequação dessas áreas para o cultivo e a pesca, especialmente ao longo dos rios de águas brancas, como o Amazonas e seus afluentes na margem direita.

Assim a população pré-colombiana da Amazônia era atraída pela riqueza natural das várzeas, muito antes da chegada dos europeus à região. Fonseca (2008), apresenta o relato do padre Cristóbal de Acuña, que viajou junto com o capitão Pedro Teixeira em sua jornada de regresso de Quito ao Pará em 1639, onde encontrou uma comunidade indígena a cerca de vinte e oito léguas rio abaixo do Juruá, que ele chamou de Curuziraris. Esses Curuziraris eram especialistas na produção em larga escala de uma variedade de utensílios de cerâmica e também eram responsáveis por construir fornos para fabricar farinha. Esses utensílios incluíam potes, vasilhas, jarras, e frigideiras, e tinham como finalidade o comércio com outros grupos indígenas. Esse comércio era realizado por meio de trocas, devido à dificuldade que os habitantes da várzea enfrentavam para obter tais itens por conta própria (FONSECA, 2008).

O padre Maurício Heriarte acompanhou Pedro Teixeira em sua expedição rio acima pelo Amazonas. Em sua crônica escrita em 1662, enquanto vivia no Grão-Pará, ele descreveu essa jornada e mencionou que o rio Madeira, um afluente localizado à margem direita do Rio Amazonas, também fazia parte desse circuito comercial. Na região do rio Madeira, as comunidades indígenas eram habilidosas na produção de igaçabas de cerâmica em diversos tamanhos, que eram trocados com outros grupos indígenas em troca de produtos como algodão, fio, milho, tabaco e outras mercadorias fabricadas, agrícolas ou provenientes da exploração de recursos naturais pelos indígenas. Entre todas as atividades realizadas pelos povos indígenas para garantia de seu autoconsumo, a pesca se destacava aos olhos dos conquistadores devido à quantidade de peixes obtidos em cada empreitada (FONSECA, 2008).

Na Amazônia, o ritmo do tempo se desdobra em duas estações claramente distintas: a estação chuvosa e a estação seca. Essa alternância sazonal desempenha um

papel de relevância na configuração dos calendários de atividades relacionadas à coleta de recursos naturais, abrangendo tanto a pesca como as práticas voltadas para a agricultura e o extrativismo.

De acordo com Fonseca (2008), o que é notável é que o fenômeno das cheias se manifesta de maneira diferenciada nos inúmeros afluentes do gigantesco Rio Amazonas. Enquanto nas porções centrais da bacia, o nível máximo das enchentes se concretiza nos meses de maio e junho, em certos afluentes do sul, como os rios Purus e Madeira, o processo de inundação se inicia de forma mais precoce, atingindo seu ápice entre março e abril. Em contrapartida, nos afluentes localizados ao norte, a exemplo dos rios Negro e Branco, a culminação das cheias ocorre entre junho e julho. Essa complexa sincronia de eventos sazonais regula a vida e as atividades das comunidades amazônicas.

Nesse contexto, o ano se divide em duas estações distintas: a estação seca a estação chuvosa, que exercem uma influência determinante nas atividades cotidianas das comunidades locais. Uma característica peculiar do alto Amazonas é a ocorrência de cheias e vazantes duas vezes por ano. A grande cheia ocorre entre fevereiro e junho, coincidindo com a época em que as tartarugas migram dos rios para as lagoas e várzeas. A partir de meados de julho, inicia-se a vazante, que se prolonga até meados de outubro. Quanto maior a vazante dos rios, maiores são as chances de capturar tartarugas. Em setembro, há uma pequena cheia, conhecida como "repiquete", que é causada pelas cheias em alguns afluentes a montante, decorrente do degelo na região andina. Entre janeiro e fevereiro, ocorre um breve período de estiagem, que é apelidado de "verão do umari" devido à maturação dessa fruta nessa época. Durante a estação chuvosa, as precipitações inundam as planícies, criando extensos lagos que, quando secam na estação seca, retêm uma abundância de espécies aquáticas que são valiosas para a alimentação local (FONSECA, 2008).

Na vastidão da Amazônia, encontramos poucos vestígios de atividade humana durante o Pleistoceno e Holoceno, que foram desenterrados em cavernas, abrigos naturais e sambaquis. Os locais arqueológicos típicos associados a essas ocupações são denominados sambaquis no Brasil, embora sejam frequentemente conhecidos pelas populações amazônicas como minas de sernambi. É importante observar que o termo sernambi é utilizado localmente para se referir a moluscos, mas também se refere a um tipo de funil ou dispositivo cilíndrico feito de fibras vegetais,

usado para coletar a seiva da seringueira. Isso pode causar alguma confusão entre os significados. Os sambaquis se apresentam como colinas de formato geralmente oval, variando em tamanho e altura. Eles são compostos por montes de conchas de moluscos, restos de animais, fragmentos de artefatos líticos e cerâmicos, bem como vestígios de estruturas de habitação, incluindo fogueiras e marcas de estacas, além de sepultamentos (SILVEIRA et al., 2005).

Importante notar que os antigos caçadores-coletores que habitavam a região não eram, de forma alguma, primitivos em tecnologia. Eles se assemelham muito pouco aos povos indígenas contemporâneos, que geralmente são considerados seus descendentes. Os primeiros habitantes da Amazônia formaram uma sociedade de notável sofisticação, abrangendo desde os paleoindígenas⁷ até grupos pré-ceramistas e ceramistas arcaicos avançados. Eles estabeleceram uma intrincada rede de sociedades de subsistência, sustentada por economias especializadas em pesca em grande escala e caça intensiva, além de práticas agrícolas abrangentes, incluindo o cultivo de plantas e a criação de animais. A presença de artefatos fabricados por esses grupos em várias partes da região atesta um sistema de comércio ativo, viagens de longa distância e comunicação eficaz. Esse passado rico e complexo da Amazônia destaca a diversidade e a adaptabilidade das culturas que moldaram essa paisagem ancestral (SOUZA, 2019).

Passamos agora para o período colonial, compreendendo o intervalo de tempo do século XVI ao século XIX, quando chegaram a região amazônica os europeus, trazendo novas técnicas e ferramentas de pesca, e ocasionado com isso a exploração dos recursos pesqueiros para atender às necessidades desses colonizadores. Quando os europeus aportaram na região amazônica no século XVI, encontraram uma série de sociedades complexas e densamente povoadas. Essas sociedades se destacavam por estabelecer assentamentos urbanos, dominar técnicas avançadas na produção de ferramentas e cerâmicas, praticar uma agricultura diversificada, ter rituais culturais e sistemas políticos centralizados, além de apresentar uma clara estratificação social. No entanto, com a chegada dos conquistadores, essas sociedades foram subjugadas, levando muitos de seus membros a resistirem, se isolarem ou se submeterem às novas condições (SOUZA, 2019).

⁷ Paleoindígenas: Relativo a ou indivíduo pertencente a um dos primeiros povos asiáticos que se estabeleceram no continente americano.

Ainda segundo o autor, os primeiros europeus no momento de sua chegada, se depararam com sociedades que se caracterizavam por comunidades densamente povoadas, lideradas por tuxauas⁸ com autoridade coercitiva abrangente que se estendia sobre muitos súditos e aldeias. Essas sociedades também demonstraram um domínio de técnicas de guerra avançadas, uma estrutura religiosa hierárquica com divindades simbolizadas por ídolos, cultuadas em templos que eram guardados por sacerdotes responsáveis pelo culto. Adicionalmente, havia uma economia que envolvia a produção de excedentes e um sistema de trabalho que refletia uma hierarquia de estratos sociais. Essas observações detalhadas estão registradas em várias crônicas e relatos de exploradores espanhóis e portugueses que tiveram contato com essas sociedades em suas primeiras expedições pelos grandes rios da região (SOUZA, 2019).

Logo após a chegada dos portugueses na Amazônia, iniciaram-se os ataques escravistas contra as aldeias indígenas, resultando em grandes reduções populacionais, especialmente nas áreas ao longo dos rios Madeira e Amazonas. Em 1640, os Tupinambá ainda habitavam uma grande ilha com o mesmo nome, situada a cerca de 50 km rio abaixo do município de Itacoatiara. Outras aldeias também estavam localizadas ao sul dos Tupinambá, representando os últimos grupos migrantes do Nordeste do Brasil. No entanto, devido aos ataques e às doenças trazidas pelos colonizadores, a maioria dos grupos indígenas do Amazonas sofreu diminuição de suas populações, embora algumas tenham conseguido sobreviver fora das áreas de expansão colonial. Conforme os portugueses fortaleciam sua presença na região, mais grupos indígenas sucumbiam à exploração e à influência colonial. Em 1664, por exemplo, uma expedição oficial de resgate nas áreas habitadas pelos Bururú, Guanavena e Caboquena, ao longo do rio Urubu, resultou na morte de pelo menos 700 indígenas, com outros 400 sendo capturados, e cerca de 300 aldeias sendo queimadas. Em 1684, outra incursão escravista realizada ao longo do mesmo rio resultou na morte de 500 guerreiros e na captura de 500 prisioneiros. Posteriormente, em 1875, os Mura realizaram ataques contra as cidades de Itacoatiara e Silves, partindo de suas bases ao longo do rio Urubu (SMITH et al., 1979).

No ano de 1660, os Jesuítas fundaram o primeiro assentamento branco na região de Itacoatiara, especificamente na ilha de Silves, situada às margens do lago

⁸ Tuxauas: Liderança política dos povos indígenas. O tuxaua é uma figura que representa a sabedoria da aldeia. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/tuxaua>.

Canaçari. Essa missão, conhecida como aldeia de Santa Cruz, tinha como objetivo principal a catequese das 96 aldeias dos Arawaks que viviam na região. No entanto, um ano após sua criação, os Jesuítas foram expulsos da Amazônia brasileira, em parte devido à falta de cooperação com os comerciantes portugueses envolvidos no comércio de escravos. Por volta de 1685, os mercedarianos⁹ estabeleceram uma nova missão no mesmo local e outra nas proximidades do rio Urubu. Nessas missões, os produtos de consumo mais comuns incluíam peixes defumados e tartarugas capturadas (SMITH et al., 1979).

Durante o período colonial, as nações europeias, incluindo Portugal e Espanha, identificaram na Amazônia uma fonte abundante de recursos naturais, sendo a pesca uma parte crucial desse cenário. A pesca desempenhava um papel vital ao prover alimentos tanto para as colônias locais como para a exportação de produtos provenientes da pesca (GÓMEZ-GARRETA, 2019).

A introdução de utensílios de metal pelos colonizadores portugueses na produção de equipamentos de pesca na região amazônica representou uma mudança substancial nas técnicas e ferramentas adotadas pelas comunidades ribeirinhas. A utilização de anzóis, redes e facas feitas de metal trouxe vantagens em termos de resistência e eficácia, permitindo uma pesca mais eficiente" (Begossi, 2006). Assim como aconteceu com outras mercadorias provenientes do extrativismo na Amazônia, a pesca e as técnicas de preservação associadas a ela eram conhecidas pelas populações indígenas antes do contato com os colonizadores. No entanto, após o início da interação com os europeus, essas técnicas foram adaptadas e incorporadas ao contexto do mercado colonial. No processo de colonização da Amazônia, os europeus aproveitaram amplamente o conhecimento dos povos indígenas, particularmente nos primeiros dois séculos de contato. Essa utilização desse saber foi fundamental para facilitar a conquista e colonização. No entanto, a colonização é um processo que envolve a colaboração das comunidades nativas. Os produtos europeus, pela sua capacidade de auxiliar nas atividades dos indígenas, que agora estavam sujeitos a uma maior pressão para produzir excedentes, e por se inserirem em um mercado mais amplo, naturalmente se

⁹ Mercedarianos: Mercedários – Frades da ordem real, celestial e militar de Nossa Senhora das Mercês para a redenção dos cativos, fundada em 1218 por São Pedro Nolasco na cidade de Barcelona. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/Merced%C3%A1rios>.

incorporaram ao cotidiano das populações locais, mesclando-se aos materiais anteriormente utilizados em práticas extrativistas (FONSECA, 2008).

A colonização da Amazônia representou um encontro de diferentes culturas e modos de vida. A chegada dos europeus na região trouxe consigo uma série de mudanças significativas nas práticas das comunidades indígenas locais, incluindo aquelas relacionadas à pesca e à utilização de recursos naturais. A pesca sempre foi uma atividade central para as populações amazônicas, devido à abundância de rios e lagos na região. Antes da colonização, os povos indígenas desenvolveram técnicas sofisticadas de pesca, usando instrumentos e métodos adaptados ao ambiente aquático da Amazônia. No entanto, a chegada dos europeus, com seu conhecimento e tecnologia, introduziu mudanças expressivas. Além disso, a pesca tornou-se uma atividade essencial para atender às demandas das colônias europeias, tanto para alimentação quanto para a exportação.

Os habitantes indígenas da Amazônia já possuíam conhecimento e habilidades para técnicas de pesca, captura, construção de canoas e navegação muito antes da chegada dos europeus. Eles utilizavam instrumentos como puçás, arcos e flechas, arpões e anzóis, bem como métodos para capturar tartarugas e confeccionar canoas a partir de troncos de árvores. Os indígenas já dominavam a confecção de anzóis com espinhas de peixe, a produção de arpões com conchas e a tecelagem de redes a partir de fibras naturais. Além disso, construía canoas esculpidas a partir de troncos de árvores, utilizando ferramentas fabricadas a partir de ossos e carapaças de tartarugas. Eles também tinham conhecimento de como moldar a casca de árvores para fazer canoas, um processo que envolvia o uso do fogo. Com a chegada dos europeus, os nativos passaram a adotar algumas ferramentas e materiais introduzidos pelos colonizadores, como anzóis de metal. No entanto, suas técnicas tradicionais continuaram em uso, e essa incorporação de novos elementos não se limitou apenas à construção de canoas, abrangendo também as técnicas de navegação. Na realidade, as técnicas de navegação indígenas eram tão eficazes que os europeus pouco contribuíram nesse aspecto durante o período colonial. Por exemplo, nas monções do Norte, o comércio ao longo do rio Madeira fazia uso de grandes embarcações chamadas ubás, esculpidas a partir de troncos de árvores, que tinham capacidade para transportar maiores quantidades de carga (FONSECA, 2008).

Durante o período colonial na Amazônia, as comunidades indígenas já demonstravam um profundo conhecimento das práticas de pesca e a importância da biodiversidade aquática em suas vidas. Essas técnicas, adaptadas à dinâmica dos rios amazônicos, eram parte fundamental de suas culturas e economias. No entanto, a Amazônia começaria a entrar no final do século XIX e início do século XX, no período conhecido como o ciclo da borracha, e a região testemunharia uma mudança em sua dinâmica econômica e demográfica, à medida que a demanda por borracha impulsionava o crescimento de cidades como Manaus e Belém.

Esse aumento populacional e o surgimento de centros urbanos em meio à densa floresta amazônica criaram uma demanda crescente por alimentos e recursos básicos, incluindo peixes, que desempenharam um papel crucial na sustentação das comunidades em expansão. Assim, o período do ciclo da borracha representou um marco importante na transição da pesca de um papel essencialmente local para uma atividade que atendia a necessidades urbanas e industriais em crescimento na região amazônica.

O ciclo da borracha inicialmente modesto em 1870, cresceu de forma notável e, em 1910, já correspondia a um quarto das exportações do país. Esse crescimento expressivo foi resultado da crescente demanda por borracha, que, por sua vez, exigia grande quantidade de trabalhadores. Para suprir essa demanda, a região teve que importar trabalhadores de outras partes do Brasil, principalmente do Nordeste, financiar a migração e investir na formação e treinamento desses trabalhadores (SOUZA, 2019).

Dessa forma, a região amazônica se tornou alvo de forte interesse devido à exploração da borracha, que era obtida a partir da árvore *Hevea brasiliensis*. Esse interesse cresceu em um momento em que a Inglaterra e os Estados Unidos passavam por uma intensa industrialização, conhecida como a Segunda Revolução Industrial. A borracha tornou-se um recurso vital para a fabricação de diversos produtos, como calçados e, principalmente, pneus, graças à invenção do processo de vulcanização por Charles Goodyear. Esse processo aprimorou as propriedades da borracha, tornando-a fundamental para a estabilidade dos veículos automotivos e sua adaptação a diferentes temperaturas. Devido à demanda global por borracha, esta passou a ser chamada de "ouro branco" da Amazônia no final do século XIX. Esse boom econômico impulsionou o desenvolvimento de cidades como Belém e Manaus, mas a riqueza beneficiou principalmente os proprietários de seringais, enquanto muitos trabalhadores, em sua

maioria indígenas e nordestinos, foram explorados em condições difíceis como seringueiros nas vastas áreas de extração de borracha da Amazônia (GONÇALVES, 2022).

A pesca, assim, emergiu como um esteio vital da subsistência e da economia local, desempenhando um papel de destaque como fonte de alimento e meio de comércio. A oferta constante de peixes e outros produtos aquáticos, provenientes das águas férteis da Amazônia, não apenas saciava as necessidades alimentares da população, mas também promovia a circulação de recursos monetários, passando a ser também uma atividade complementar para a renda das comunidades da região. Esse influxo econômico, por sua vez, nutria a economia da pesca, uma vez que peixes e produtos aquáticos eram adquiridos, vendidos e trocados nos mercados locais. No entanto, essa intensificação da pesca não se deu sem consequências. A medida que o ciclo da borracha impulsionava o crescimento das cidades e a expansão das áreas de exploração, os impactos ambientais tornaram-se evidentes. A crescente atividade humana, que incluía desmatamento, construção de infraestrutura e expansão urbana, exercia pressão sobre os frágeis ecossistemas aquáticos da Amazônia.

No ano de 1757, a cidade de Itacoatiara era um pequeno povoado que abrigava tanto colonos brancos quanto remanescentes de diversos grupos indígenas, incluindo Abacaxí, Anicoré, Aponariá, Baré, Cumaxiá, Juma, Juqui, Pariqui, Sará, Téra, Tururi e Urapá. A população da cidade permaneceu limitada até o final do século XIX, quando a corrida da borracha atraiu muitos seringueiros e comerciantes de borracha para a região. Nesse período, Itacoatiara assumiu um papel de destaque como ponto de coleta e embarque da borracha destinada a Belém, além de fornecer produtos manufaturados para atender às demandas da região, principalmente ao longo do rio Madeira (SMITH et al., 1979).

De acordo com a análise apresentada, a exploração dos recursos pesqueiros na região de Itacoatiara tem raízes em períodos ancestrais, com diversos grupos pré-cerâmicos possivelmente praticando a pesca por milênios, antes mesmo do desenvolvimento de técnicas mais avançadas. Embora não seja claro se Itacoatiara foi ocupada de forma contínua ao longo dos milênios, as áreas circunvizinhas foram densamente habitadas por extensos períodos antes dos primeiros contatos com os colonizadores europeus. Com a chegada dos espanhóis e portugueses, houve uma

acentuada redução na população, e somente durante o auge da produção de borracha é que se aproximou dos níveis anteriores à colonização. Diante do aumento constante da população cabocla, da expansão de mercados distantes e da introdução de outras tecnologias, permanece incerto até que ponto as populações de peixes conseguirão resistir às crescentes taxas de captura (SMITH et al., 1979).

No contexto das décadas de 1960 e 1970, a região amazônica passa por mudanças expressivas no que tange a gestão ambiental. Nesse espaço de tempo, foram estabelecidos dois órgãos de destaque para atuar na preservação da Amazônia, inicialmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que foi fundado em 1989 e desempenha um papel estratégico na regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas ao meio ambiente. Esse órgão veio em resposta à crescente preocupação com a preservação da floresta amazônica e o impacto das atividades humanas na região. E o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com fundação no ano de 1952, sediado em Manaus, sendo uma instituição de pesquisa que desempenha um papel fundamental no estudo e na compreensão da Amazônia, concentra seus esforços no desenvolvimento de pesquisas científicas relacionadas à biodiversidade, ecologia, mudanças climáticas e outros aspectos da região amazônica. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o INPA consolidou sua posição como um centro de excelência em pesquisa na Amazônia. Esses desenvolvimentos institucionais refletem o crescente reconhecimento da importância da região amazônica em termos de biodiversidade e ecossistemas globais.

A instituição da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), conforme estabelecido pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, representou o desfecho de um processo de institucionalização e regulamentação das atividades pesqueiras no Brasil, iniciado no decorrer do século XIX (FILHO, 2017).

A ruptura democrática causada pelo golpe civil-militar de abril de 1964 impediu a implementação do Plano Trienal e dificultou a criação de uma Sudepe mais transparente, aberta e plural. No período pós-1964, assim como em toda a estrutura estatal, a nomeação do superintendente passou a ser determinada pelos militares. Nessa nova configuração, os interesses dos empresários ganharam maior influência, promovendo o projeto de "industrialização da pesca". Nos primeiros anos após o golpe, ocorreu uma reorganização administrativa na Sudepe, que incluiu a fusão de órgãos

anteriores e a definição de novos cargos e responsabilidades para os servidores realocados. O objetivo era centralizar as políticas de incentivo à pesca na Sudepe, apesar da concorrência das autarquias regionais, que continuavam a promover ações regionais voltadas para a pesca (FILHO, 2017).

O encerramento das atividades da Sudepe em 1989 prenunciava as transformações que ocorreriam na década seguinte. O Ibama não foi estabelecido com o propósito de promover a pesca, mas sim de regulamentar e fiscalizar, por meio de medidas restritivas e punitivas, algo que era bastante necessário para o setor (FILHO, 2017).

Com a extinção da Sudepe e a criação do IBAMA, o governo sinaliza uma nova abordagem na gestão e no manejo dos recursos pesqueiros. A formação do IBAMA reflete a intenção do Estado de gerir de maneira integrada a proteção do meio ambiente e o aproveitamento de seus recursos naturais. No contexto da pesca, isso implica a adoção do conceito de que uma visão abrangente do meio ambiente, orientada para o uso sustentável dos recursos, a viabilidade econômica dos empreendimentos e a justiça social, é fundamental para evitar o colapso dos recursos pesqueiros (RUFFINO, 2005).

Com a criação do IBAMA, foram introduzidos modelos de gestão que visam coordenar de maneira integrada as diversas atividades que impactam um determinado ecossistema. Nesse quadro, destaca-se o Programa de Pesca Continental/Gerenciamento por Bacias Hidrográficas. A partir de 1993, foram implementados mecanismos de gestão (tais como fóruns de discussão, estímulo à participação, integração intra-institucional e contextualização inter-setorial da pesca) que permitiram o início da gestão integrada. Essa estratégia foi fortalecida a partir de 1995, com o estabelecimento de diretrizes claras pelo governo federal sobre a gestão integrada e a reorganização institucional conduzida pelo IBAMA, com substancial contribuição das experiências do projeto de cooperação técnica entre o IBAMA e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), por meio do Projeto Iara. Junto a isso, diversas medidas, como o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), e o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), notadamente por meio de um de seus projetos, o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea), representam apoios à iniciativa de promover sustentabilidade na pesca na região, incentivando ações e a participação da sociedade

civil nesse processo (RUFFINO, 2005).

As décadas de 1980 e 1990 foram um período marcante para o setor de pesca no Brasil, com a criação da Comissão Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), um marco regulatório significativo que visava organizar e regulamentar a atividade pesqueira no país.

A CONAPE foi estabelecida com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, reconhecendo a importância econômica e social dessas atividades, bem como a necessidade de conservar os recursos naturais marinhos. A comissão desempenhou um papel fundamental na definição de diretrizes e políticas para o setor, buscando equilibrar a exploração dos recursos pesqueiros com a preservação do ambiente marinho. Tendo como um dos seus principais objetivos, a promoção da sustentabilidade na pesca, reconhecendo os desafios relacionados à sobre-exploração de estoques pesqueiros e a necessidade de práticas de manejo que assegurassem a renovação dos recursos. Nesse sentido, a comissão implementou medidas para controle da pesca, estabelecimento de tamanhos mínimos para captura, períodos de defeso e outras estratégias destinadas a garantir a preservação dos ecossistemas aquáticos.

No entanto, Ruffino (2005), vem discutir que o método tradicional de gestão pesqueira se mostra globalmente malsucedido, com 75% dos estoques pesqueiros marinhos comercialmente relevantes em estado de sobre-exploração, esgotamento ou em lenta recuperação, o que o autor conceitua de crise do peixe. A pesca, que sustentou comunidades por gerações, enfrenta um declínio acentuado em todo o mundo, levando à exaustão e até extinção de espécies, como o bacalhau do Atlântico. No Brasil, o ordenamento das principais pescarias é marcado por insucessos, atribuídos ao princípio do "livre acesso", medidas biologicamente focadas e a busca do máximo rendimento econômico. Na Amazônia, o manejo pesqueiro é ineficaz, liderado pelo governo federal, resultando em conflitos sociais, alterações no habitat e sobre-exploração de estoques de peixes. Nos últimos anos, distorções adicionais incluem o agravamento dos conflitos sociais, modificações significativas no habitat e sobre-exploração de determinados estoques na região amazônica.

Em consequência a este cenário, devido à queda na produtividade pesqueira e à falta de confiança na regulamentação governamental, surgem conflitos de pesca na

bacia amazônica. Esses conflitos, conhecidos como a "guerra do peixe", designação empregada na década de 1970 aos conflitos no lago do Janauacá, próximo a Manaus, envolvem disputas pelo uso dos recursos pesqueiros e historicamente ocorrem em regiões onde a pesca é vital. Na Amazônia brasileira, os desentendimentos concentram-se nos interesses conflitantes da pesca amadora e profissional, envolvendo disputas por recursos escassos. Os conflitos, frequentemente violentos, ocorrem em lagos de várzea, envolvendo ribeirinhos e pescadores itinerantes. Como resposta, comunidades desenvolvem sistemas de manejo próprios para controlar a pressão sobre os recursos pesqueiros. Litígios também surgem em áreas particulares, como lagos em propriedades privadas, entre pescadores comerciais e de subsistência, e entre diferentes atividades econômicas. Para enfrentar esses desafios, órgãos envolvidos na gestão da pesca buscam implementar mecanismos de participação efetiva em fóruns, visando a democratização do uso dos recursos com regras claras e justas para todos os segmentos beneficiados (RUFFINO, 2005).

Ainda segundo o autor as intervenções humanas na região, como a construção de hidrelétricas, garimpo e desmatamento para atividades agropecuárias, causam sérios problemas à fauna aquática e à pesca. Isso inclui alterações nos padrões de inundações, lançamento de mercúrio nas águas e destruição de habitats. Esses impactos, provenientes da atividade humana, são considerados mais devastadores do que a própria atividade pesqueira (RUFFINO, 2005).

No que tange as políticas ambientais do estado do Amazonas, eram anteriormente coordenadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que, até 2007, colaborava com a SEAGA, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a AFLORAM. A partir de 2007, ocorreram mudanças estruturais na gestão das políticas ambientais no estado. A AFLORAM foi extinta, e a SDS passou a articular-se de forma mais eficaz com outras secretarias estaduais, assim como com diversas autarquias, incluindo o IPAAM, a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e os conselhos: Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas. Nesse contexto, em 2007, foi estabelecido o Centro Estadual de Unidade de Conservação, com o objetivo de aprimorar a gestão das

Unidades de Conservação criadas no Estado do Amazonas (LIRA; COSTA, 2016).

Um marco na política ambiental do estado foi a implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), estabelecido pela Lei Complementar 53 de 2007. Atualmente, o SEUC é responsável pela administração de 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, distribuídas entre nove de proteção integral (3.610.513,13 ha) e 32 de uso sustentável (15.396.519,49 ha) (LIRA; COSTA, 2016).

A sustentabilidade, enquanto conceito central na contemporaneidade, emergiu como uma resposta global à necessidade urgente de equilibrar o desenvolvimento humano com a preservação do meio ambiente. Em setembro de 2015, representantes de 193 estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram na sede da organização em Nova York e acordaram em adotar ações transformadoras para orientar o mundo em direção a um caminho sustentável. Comprometeram-se a seguir uma nova agenda global focada nas pessoas, no planeta, na promoção da paz, prosperidade e parcerias. Essa iniciativa é conhecida como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que abrange 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como ODS.

Segundo a UNESCO é ressaltada a importância da universalidade e indivisibilidade como características fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável. A organização estabelece os ODS com metas ambientais voltadas para a preservação dos recursos naturais, com o objetivo de assegurar uma vida sustentável e de qualidade, garantindo oportunidades para que todos possam usar no futuro. Ao examinar as ODS, fica evidente que a palavra "sustentável" é empregada em treze ocasiões. Isso revela uma preocupação presente nas iniciativas de conservação, sustentabilidade e biodiversidade dos biomas e ecossistemas, de maneira abrangente e integrada. Essas ações estão associadas às abordagens pedagógicas temáticas, visando abranger globalmente. Isso ressalta a ideia de que é imperativo que todo o mundo se empenhe em alcançar esses objetivos até 2030 (LEAL, 2023).

Contudo, ao explorarmos a periodização da pesca na Amazônia, desde os tempos pré-colombianos¹⁰ até as transformações ocorridas durante o ciclo da borracha,

¹⁰ Pré-colombianos são aqueles povos que viviam na América antes da chegada de Cristóvão Colombo.

evidenciamos uma complexa interação entre a pesca, o meio ambiente e a cultura na região. A história da pesca na Amazônia é entrelaçada com a rica biodiversidade aquática, as técnicas tradicionais das comunidades indígenas e as mudanças introduzidas pelos colonizadores europeus. O ciclo da borracha trouxe não apenas um aumento na demanda por peixes, mas também impactos ambientais significativos devido à expansão urbana e ao crescimento populacional. A pesca, ao longo do tempo, foi mais do que uma atividade de subsistência; tornou-se um elemento crucial na economia local, com a oferta constante de peixes alimentando não apenas as comunidades, mas também os mercados em crescimento. A introdução de tecnologias pelos colonizadores, como utensílios de metal, trouxe mudanças nas práticas de pesca, mas as comunidades indígenas continuaram a adaptar suas técnicas tradicionais.

O contexto contemporâneo destaca o papel essencial da pesca na sustentabilidade da região. A criação de órgãos de preservação ambiental, como o IBAMA e o INPA, refletiu um reconhecimento crescente da importância da Amazônia para o equilíbrio global. No entanto, desafios persistem, especialmente com o crescimento da população e a pressão contínua sobre os ecossistemas. A criação da Comissão Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) nas décadas de 1980 e 1990 marca um esforço significativo para organizar e regulamentar a atividade pesqueira no Brasil.

Assim, a história da pesca na Amazônia não é apenas uma narrativa temporal, mas uma saga intrincada de adaptação, impacto ambiental, e esforços de preservação. Compreender essa complexidade é crucial para a busca de soluções sustentáveis que preservem tanto a rica biodiversidade da Amazônia quanto o modo de vida das comunidades que dela dependem.

2.1 Conceitos e princípios da pesca sustentável

Definir o conceito de pesca sustentável é fundamental para a compreensão dessa abordagem. A pesca sustentável abarca um conjunto de estratégias e medidas que

Este termo é usado para se referir aos povos nativos da América Hispânica e da América Anglo-saxônica. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/povos-pre-colombianos/#:~:text=Povos%20pr%C3%A9-colombianos%20s%C3%A3o%20aqueles,utiliza%20o%20termo%20pr%C3%A9-cabralino.>

visam assegurar a exploração responsável dos recursos pesqueiros, de modo a não comprometer a capacidade de regeneração das espécies e a preservação dos ecossistemas aquáticos a longo prazo. Buscaremos aqui elucidar os conceitos essenciais e os princípios orientadores que moldam a pesca sustentável, destacando a importância da conservação dos recursos pesqueiros e da preservação dos ecossistemas marinhos para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira.

De acordo com Neto (2023), atividade da pesca remonta a tempos ancestrais, com registros de suas origens datando cerca de 40 mil anos atrás. Nesse período inicial, os primeiros seres humanos empregavam técnicas rudimentares, como lanças, anzóis e redes confeccionadas a partir de fibras naturais. À medida que o tempo avançou, a pesca evoluiu consideravelmente, tornando-se uma atividade mais sofisticada e diversificada. O desenvolvimento de novas técnicas e equipamentos a transformou em um pilar essencial para o progresso de inúmeras sociedades, especialmente aquelas que estabeleceram suas bases próximas a corpos d'água, como rios, lagos e mares. Como resultado, a pesca se solidificou como uma das atividades econômicas mais relevantes globalmente, gerando empregos e renda em escala mundial

Entretanto, paralelamente a esse desenvolvimento, práticas prejudiciais como a sobrepesca, a pesca predatória e o descarte de espécies não-alvo emergiram como ameaças graves para as populações de peixes e outros organismos aquáticos em todo o planeta. Como salientado por Neto (2023): com o decorrer dos séculos, bilhões de pessoas no mundo e mais de quatro milhões de pessoas no Brasil dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira.

Nessa perspectiva, Neto (2023) destacam a estreita conexão entre o oceano e a humanidade, sublinhando que a preservação da qualidade de vida na Terra depende fundamentalmente da salvaguarda do meio marinho. Os oceanos sustentam não apenas o bioma marinho, mas também o ecossistema do planeta, garantindo a subsistência da espécie humana. Adicionalmente, historicamente, os oceanos desempenharam um papel dinâmico no intercâmbio cultural, comércio, colonização, interações entre povos e civilizações, e miscigenação. Nesse sentido, torna-se evidente que os oceanos desempenham um papel crucial na sustentação e sobrevivência da humanidade. No entanto, é imperativo reconhecer que a exploração indiscriminada e predatória dos recursos marinhos muitas vezes ameaça a sustentabilidade do meio marinho e, por

consequência, a qualidade de vida no planeta.

De acordo com Neto (2023), a pesca sustentável é um conceito fundamental para garantir a preservação dos recursos marinhos e a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos. De Souza (2021) define como pesca sustentável é uma abordagem que visa garantir a exploração de recursos pesqueiros de forma a não comprometer as gerações futuras. Já Embaló (2022) caracteriza a pesca sustentável como uma prática que busca manter uma taxa de captura em níveis ótimos, de modo que a exploração dos recursos pesqueiros não diminua a população de peixes ao longo do tempo. Essa abordagem visa garantir a continuidade da disponibilidade de peixes e outros organismos aquáticos, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Nesse contexto, Neto (2023) enfatiza a preservação dos recursos marinhos e a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos como pilares fundamentais da pesca sustentável. Isso destaca a necessidade de considerar não apenas as espécies de interesse econômico, mas também toda a rede de vida que compõe esses ecossistemas. A proteção da biodiversidade é crucial para manter a resiliência dos ecossistemas e garantir que a pesca possa continuar a ser uma fonte de alimento e sustento para as gerações futuras.

De Souza (2021) vem corroborar, afirmando que a pesca sustentável visa garantir a exploração de recursos pesqueiros de forma a não comprometer as gerações futuras. Isso implica uma gestão responsável dos recursos, evitando práticas que possam exaurir as populações de peixes e outros organismos aquáticos. A consideração das necessidades das gerações futuras é um princípio fundamental que destaca a responsabilidade de manter a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Oferecendo uma definição mais técnica sobre a pesca sustentável, Embaló (2022), realça a importância de manter uma taxa de captura em níveis ótimos, de modo que a exploração dos recursos pesqueiros não diminua a população de peixes com o tempo. Isso demonstra a necessidade de gestão baseada em dados científicos que leve em conta a capacidade de regeneração das espécies. Manter uma taxa de captura sustentável é essencial para evitar a sobrepesca e garantir a continuidade da disponibilidade de recursos.

No conjunto, essas definições ressaltam que a pesca sustentável é uma

abordagem holística que não apenas visa o benefício econômico imediato, mas também a saúde dos ecossistemas marinhos, a conservação da biodiversidade e a responsabilidade com as futuras gerações. A gestão adequada dos recursos pesqueiros, a implementação de práticas responsáveis de pesca e a consideração dos aspectos socioeconômicos são cruciais para alcançar um equilíbrio sustentável entre a exploração dos recursos e a preservação dos ecossistemas aquáticos.

Contudo, o conceito de pesca sustentável está enraizado na busca por um equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas. Inicialmente, a sustentabilidade estava relacionada à obtenção do rendimento máximo ou captura máxima sustentável, mas ao longo do tempo, evoluiu para abranger a maximização dos benefícios sociais e econômicos da pesca. Essa ampliação do conceito está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável, que visa satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

É importante observar que a abordagem da pesca sustentável, como discutida por Rodrigues (2013), é, em parte, antropocêntrica, ou seja, focada nos interesses econômicos e na qualidade de vida humana. Isso reflete uma dualidade em que a preocupação com o meio ambiente e os recursos marinhos nem sempre se traduz em ações coerentes. Essa assimetria entre o pensamento e a ação destaca questões de ética ambiental.

Nesse contexto, a necessidade de conciliar a exploração econômica dos recursos naturais com preocupações ecológicas e ambientais é ressaltada, reconhecendo a existência de limites biofísicos. A pesca sustentável, portanto, busca encontrar um equilíbrio que atenda às necessidades humanas, promovendo a conservação dos ecossistemas marinhos e a preservação a longo prazo dos recursos pesqueiros.

Assim, Neto (2023) afirma que, um dos princípios centrais da pesca sustentável é o princípio da conservação, que realça a importância de manter a saúde dos ecossistemas marinhos. Essa perspectiva envolve não apenas a preservação das espécies-alvo da pesca, mas também abrange aquelas que desempenham um papel na complexa cadeia alimentar dos ecossistemas marinhos. Esse enfoque reconhece que a manutenção do equilíbrio nos ecossistemas é um elemento essencial para a continuidade da atividade pesqueira.

Além disso, o papel da ética na política de pesca sustentável é enfatizado por Souza (2021). A busca pela excelência na gestão dos recursos pesqueiros, o comprometimento com o dever de conservação e o reconhecimento da utilidade de práticas sustentáveis são aspectos éticos fundamentais nesse contexto. A ética na pesca sustentável não se limita a atender apenas às necessidades imediatas; ela também considera as responsabilidades em relação às gerações futuras, promovendo, desse modo, a harmonia entre a atividade pesqueira e a preservação dos ecossistemas marinhos.

Dessa forma, Santos e Santos (2005) afirmam que, quando se discute a sustentabilidade no setor pesqueiro, é preciso compreender que a diminuição das populações de peixes e os impactos negativos na vida aquática não são resultados exclusivos da atividade de pesca em si. Esses problemas estão intrinsecamente ligados a uma série de fatores externos que afetam o ambiente aquático. Dentre esses fatores, destacam-se a degradação das áreas ribeirinhas, a destruição de nascentes, o acúmulo de sedimentos nos rios, a poluição e a construção de represas.

Portanto, a abordagem de preservação e sustentabilidade deve abranger uma análise holística dos fatores que afetam as populações de peixes e a saúde dos ecossistemas aquáticos. Isso envolve não apenas regulamentar a atividade pesqueira, mas também implementar medidas para mitigar os impactos das atividades industriais, agrícolas e de infraestrutura que contribuem para a degradação ambiental. A proteção e restauração das matas ciliares, a conservação de nascentes, a gestão adequada dos resíduos, e o monitoramento dos rios e córregos afetados por obras de infraestrutura são elementos essenciais para garantir a preservação da ictiofauna e, em última instância, a sustentabilidade dos recursos naturais na região (SANTOS; SANTOS, 2005).

Ainda de acordo com Santos e Santos (2005), a importância da pesca sustentável na região da bacia sedimentar amazônica é um tema crucial para a preservação do ecossistema aquático da Amazônia. A vasta extensão dessa bacia, com cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, é caracterizada por terrenos planos e baixa declividade, resultando em uma complexa rede de rios e meandros. No entanto, essa região também enfrenta uma série de desafios ambientais, muitos dos quais estão relacionados a atividades de desenvolvimento em curso.

Diante do exposto, é inegável que a pesca sustentável representa um conceito e uma abordagem fundamentais para a preservação dos recursos pesqueiros e da

biodiversidade nos ecossistemas aquáticos da região amazônica. O desenvolvimento de práticas e políticas que busquem conciliar a exploração econômica dos recursos naturais com a preservação dos ecossistemas aquáticos, considerando o bem-estar das gerações presentes e futuras, é um desafio complexo, porém imperativo. Essa abordagem holística, que prioriza a conservação e o equilíbrio dos ecossistemas, reflete não apenas uma preocupação com a sustentabilidade da atividade pesqueira, mas também a ética de cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade de manter a saúde dos ecossistemas.

2.2 Aspectos socioeconômicos da pesca na Amazônia

Conforme destacado por Reis et al. (2022), a pesca desempenha um papel fundamental na Bacia Amazônica, representando uma das principais atividades de extração na região. Essa atividade desempenha um papel significativo na economia local e é de extrema importância social, sendo a principal fonte de renda e meios de subsistência para muitas comunidades. Essa relevância se deve, em parte, à abundância de recursos hídricos na região, que englobam rios, lagos e córregos, bem como à diversidade de tipos de água, como água branca, clara ou escura. Além disso, a dinâmica dos rios e a diversidade de ambientes, incluindo florestas alagadas, planícies inundadas e bancos de areia, contribuem para a presença de uma grande variedade de espécies de peixes.

A atividade de pesca é destacada como uma das principais fontes de produção para os ribeirinhos e outras comunidades tradicionais na região amazônica. O peixe desempenha um papel fundamental como a principal fonte de proteína animal para essas comunidades, com as taxas de consumo de pescado na Amazônia estimadas em aproximadamente 500g por dia. Essa cifra ressalta a significativa dependência alimentar e econômica dessas populações em relação à pesca (CORRÊA; SILVA; BRAGA, 2021). A prática pesqueira se faz presente no comércio, no consumo, na renda mensal, e nas atividades de lazer de uma parte significativa da população, especialmente das comunidades que habitam às margens dos rios e lagos de médio e grande porte (LIMA et al., 2022).

Embora a ecologia humana compartilhe raízes conceituais com a ecologia, uma das subáreas da biologia, não é amplamente aceita como uma simples extensão dessa disciplina. Para muitos estudiosos, a análise da "relação entre o homem e o ambiente"

abarca uma diversidade tão abrangente de fatores (econômicos, sociais, psicológicos, entre outros) que a ecologia humana transcende os limites da ecologia. Outros argumentam que a ecologia humana possui objetivos e metodologias específicos, concentrando-se na compreensão do comportamento humano em resposta a variáveis ambientais específica (BEGOSSI, 1997).

De acordo com Prado e Murrieta (2020), a ecologia humana é uma área de estudo dedicada à investigação da relação entre seres humanos e ambiente. Esse campo analítico focaliza as condições materiais-ecológicas e as respostas adaptativas humanas em contextos ambientais específicos. Além disso, Reis et al. (2022) afirmam que a ecologia humana, enquanto subcampo da ecologia, visa compreender as complexas interações entre os seres humanos e os recursos naturais. Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, essa interação é notavelmente evidente, uma vez que essas populações possuem um conhecimento profundo dos recursos naturais devido ao contato direto com a fauna e flora local.

Estudos na região revelaram que os pescadores artesanais, por meio de seu conhecimento ecológico, fornecem informações valiosas sobre os aspectos biológicos e ecológicos das espécies de peixes locais, incluindo espécies de peixes ornamentais, arraias de água doce da família (*Potamotrygonidae*), o pirarucu *Arapaima gigas*, o tucunaré *Cichla spp.* e o jaraqui *Semaprochilodus spp.* (REIS et al., 2022).

Apesar do papel fundamental desempenhado pelos pescadores artesanais na compreensão do uso e significado dos peixes entre diferentes grupos humanos no Brasil, a região Norte enfrenta uma escassez de pesquisas sobre esse tema. Portanto, torna-se imperativo conduzir estudos que investiguem a importância socioeconômica dos recursos aquáticos e seus diversos usos e significados para as populações humanas que habitam a Amazônia brasileira. Esses estudos fornecerão dados essenciais para orientar a formulação de políticas públicas destinadas à gestão e conservação dos recursos pesqueiros locais.

O estudo conduzido por Reis et al. (2022) concentrou-se na avaliação dos aspectos socioeconômicos relacionados à pesca de peixes comestíveis no Médio Rio Negro, com um enfoque na perspectiva dos pescadores artesanais. Os resultados deste estudo revelaram uma série de fatores que moldam a dinâmica da pesca na região amazônica, proporcionando insights valiosos sobre esse setor. Um dos achados

significativos diz respeito à participação de gênero na atividade de pesca. Embora predominem os pescadores do sexo masculino, é importante destacar que o estudo identificou a presença de mulheres nessa ocupação. Esse fato desafia a visão tradicional de que a pesca é exclusivamente uma atividade masculina, evidenciando uma diversidade de gênero nesse setor (REIS et al., 2022).

Além disso, a idade média dos pescadores na região Médio Rio Negro, é relativamente alta, sugerindo que muitos deles iniciaram suas atividades de pesca em idades precoces, frequentemente aprendendo com membros mais velhos da família, principalmente com seus pais. Essa tradição de transmissão de conhecimento e habilidades entre gerações reflete a importância da herança familiar na pesca artesanal. No entanto, um desafio substancial se relaciona à educação. A maioria dos pescadores possui níveis educacionais limitados, frequentemente não ultrapassando o ensino fundamental. Essa falta de educação formal evidencia as limitações de oportunidades educacionais nas áreas rurais da Amazônia, o que, por sua vez, pode criar obstáculos para a obtenção de empregos fora da pesca (REIS et al., 2022).

A pesquisa também destaca a predominância de espécies de peixes pertencentes à ordem *Characiformes* na pesca comercial. Essas espécies desempenham um papel fundamental na economia local como fonte de alimento. No entanto, a existência de sinonímia e uma variedade de nomes locais para essas espécies pode complicar a comunicação e o comércio, representando um desafio adicional (REIS et al., 2022).

Quanto às embarcações, a escolha varia entre áreas urbanas e rurais, com barcos de pesca frequentemente destinados ao armazenamento e canoas motorizadas usadas para a captura de peixes. Essa distinção reflete diferentes práticas de pesca, influenciadas pelas necessidades de subsistência nas áreas rurais e pela orientação comercial nas áreas urbanas.

No que se refere aos desafios econômicos enfrentados pelos pescadores comerciais, destacam-se a falta de compradores e os baixos preços pagos por quilo de peixe. Isso é agravado pela perda de interesse na compra de peixes ornamentais, afetando a sustentabilidade da atividade de pesca. A pressão sobre os recursos aquáticos é uma preocupação crítica, com a intensificação da pesca e a presença de barcos de maior autonomia, os "geladores," contribuindo para a diminuição da quantidade de peixes nos

rios e lagos da região. Esse cenário é exacerbado pelas flutuações sazonais nos níveis dos rios e pela degradação dos ecossistemas (REIS et al., 2022). Nesse contexto, a necessidade de soluções sustentáveis se torna evidente. Medidas de conservação, regulamentação da pesca, diversificação de fontes de renda e promoção de práticas de pesca responsáveis emergem como estratégias cruciais para enfrentar os desafios socioeconômicos e garantir a sustentabilidade da pesca na região.

A pesquisa conduzida por Fernandes (2016) também teve como objetivo a caracterização da atividade de pesca de *Macrobrachium amazonicum* no município de Itacoatiara, no Amazonas. Um dos resultados notáveis deste estudo é a ativa participação das pescadoras do sexo feminino na pesca do camarão-da-amazônia em Itacoatiara, o que apresenta semelhanças com a participação dos pescadores do sexo masculino. Esse cenário contrasta com áreas do Pará, onde a presença feminina na pesca é notavelmente escassa. Em Itacoatiara, as mulheres desempenham papéis expressivos em todas as etapas da cadeia produtiva da pesca de camarão, fundamental na economia local e no sustento de suas famílias.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pescadores em Itacoatiara, a maioria possui pouca educação formal, frequentemente limitando-se ao ensino fundamental. Essa realidade é semelhante à encontrada em outras áreas da Amazônia e em diferentes regiões do Brasil. A falta de educação formal evidencia as limitações de oportunidades educacionais nas áreas rurais da Amazônia, o que, por sua vez, pode criar obstáculos para a obtenção de empregos fora da pesca (FERNANDES, 2016).

A faixa etária dos pescadores em Itacoatiara abrange diversas idades, indicando que a pesca não está restrita a um grupo etário específico. No entanto, observa-se uma presença menor de pescadores mais velhos, especialmente na faixa etária de 50-59 anos, refletindo a realidade da atividade de pesca de camarão na região (FERNANDES, 2016). Além disso, um aspecto relevante é a participação ativa das famílias na pesca do camarão. Para os pescadores de Itacoatiara, a pesca é mais do que uma atividade econômica; é uma questão cultural e social que envolve a participação de toda a família. A comercialização do camarão em Itacoatiara geralmente ocorre localmente, com venda direta ao consumidor. O beneficiamento do camarão, seja por congelamento, refrigeração ou salga seca, agrega valor econômico à atividade e aumenta a renda das famílias de pescadores (FERNANDES, 2016).

Portanto, os estudos realizados por Reis et al. (2022) e Fernandes (2016) destacam a importância crítica da atividade pesqueira na região da Bacia Amazônica, abordando tanto os aspectos socioeconômicos quanto as dinâmicas de gênero e a relevância cultural da pesca. A pesca representa uma pedra angular da economia local, fornecendo meios de subsistência para comunidades ribeirinhas e contribuindo de maneira significativa para a sustentabilidade econômica da região.

Algumas espécies de peixes amazônicos:

Tabela 1- Nomenclatura de alguns peixes amazônicos

Família	Nome científico	Nome popular
Serrasalmidae	<i>Mylossoma</i> spp.	Pacu-comum
	<i>Myleus</i> spp.	Pacu-jumento
	<i>Metynnis</i>	Pacu-marreca
	<i>Myleus</i> spp.	Pacu-olhudo
Characidae	<i>Triportheus elongatus</i>	Sardinha-comprida
	<i>Triportheus flavus</i>	Sardinha-papuda
Loricariidae	<i>Liposarcus pardalis</i>	Acari-bodo
Prochilodontidae	<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimatã
Curimatidae	<i>Psectrogaster amazonica</i>	Branquinha-cascuda
	<i>Potamorhina latior</i>	Branquinha-comum
	<i>Potamorhina altamazonica</i>	Branquinha-lisa
Prochilodontidae	<i>Semaprochilodus taeniurus</i>	Jaraqui-escama-fina
	<i>Semaprochilodus insignis</i>	Jaraqui-escama-grossa
Characidae	<i>Brycon</i> sp	Matrinxã
Arapaimidae	<i>Arapaima gigas</i>	Pirarucu
Serrasalmidae	<i>Piaractus brachypomus</i>	Pirapitinga
Characidae	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui
Cichlidae	<i>Cichla</i> sp.	Tucunaré
Pimelodidae	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Surubim
Characidae	<i>Astyanax bimaculatus</i>	Piaba
Osteoglossodae	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Aruanã
Sciaenidae	<i>Cynoscion</i> sp	Pescada

Fonte: Rufino (2005, p-103-105)

3 SABERES E TÉCNICAS: INSTRUMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS NA PESCA ARTESANAL EM ITACOATIARA - AM

Nos parágrafos subsequentes, exploraremos as práticas de pesca de comunidades tradicionais - os pescadores, focalizando a variedade de instrumentos que empregam, adaptados com atributos específicos para adequação às condições ambientais, e analisaremos seu potencial na exploração de diferentes espécies de peixes. Nossa abordagem será pautada em aspectos científicos e culturais, destacando a interligação entre o conhecimento tradicional e as estratégias de pesca.

Os pescadores, em suas práticas ancestrais e sustentáveis, fazem uso de uma impressionante diversidade de ferramentas de pesca. Cada um desses equipamentos é uma manifestação artesanal da sabedoria acumulada ao longo das gerações, moldada para enfrentar as complexas condições ambientais das zonas aquáticas. Essas ferramentas são verdadeiras extensões das habilidades e conhecimentos de gerações passadas, apresentando um notável potencial na exploração e captura das diversas espécies de peixes que habitam esses ecossistemas aquáticos. Cada detalhe, desde a escolha de materiais até a engenhosidade na concepção, é uma demonstração da profunda conexão que essas comunidades mantêm com seus meios de subsistência, e da sua capacidade de se adaptar harmoniosamente ao ambiente para atender às suas necessidades de sobrevivência e preservação cultural.

Figura 5 - Atividade de pesca é um importante meio de sobrevivência e de geração de renda



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Moraes (2011) ressalta que a pesca vai além de uma atividade humana comum, sendo caracterizada por uma complexa rede de relações que envolvem não apenas os pescadores, mas também os peixes, os ciclos lunares, os astros, os mitos e outros fenômenos. O autor destaca a importância de compreender o ambiente em que os pescadores realizam suas atividades diárias e como diversos elementos influenciam nas pescarias.

Dessa forma, a pesca artesanal se destaca não apenas como uma atividade humana isolada, mas como parte de uma rede complexa de relações entre homens, peixes, ciclos lunares, astros, mitos e outros fenômenos que podem impactar as pescarias, concentrando-se no ambiente onde os pescadores conduzem suas práticas diárias (MORAES, 2011).

Ainda de acordo com o autor supracitado, as pescarias são possíveis graças à aplicação de técnicas sistematizadas. Destaca que as técnicas, derivadas do termo grego *techné*, abrangem a habilidade e a arte de realizar ações perceptíveis aos sentidos para atender a uma necessidade ou expressar uma ideia. Essas técnicas englobam tanto aspectos funcionais quanto estéticos, visando tornar visível uma ideia por meio da habilidade e destreza. O desenvolvimento das técnicas é o resultado da combinação entre aquelas utilizadas por nossos antepassados e outras que foram surgindo ao longo da história. Ressalta também a importância de não negligenciar nenhuma delas.

Nessa perspectiva Lévi-Strauss (1986), vem corroborar salientando que,

As mais humildes técnicas dos chamados primitivos fazem apelo a operações manuais e intelectuais de uma grande complexidade que é preciso ter compreendido e aprendido e que, de cada vez que se executam, reclamam inteligência, iniciativa e gosto. Não é qualquer árvore que é própria para fazer um arco, nem mesmo qualquer parte da árvore; a exposição do tronco, o momento do ano ou do mês em que a abatem tão-pouco são indiferentes (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 383).

Dessa forma, ao longo de várias gerações, as comunidades amazônicas foram acumulando um vasto conjunto de conhecimentos tradicionais, que se desenvolveram com base em sua convivência com o ambiente e nas espécies da flora e fauna que exploram. Esse acúmulo de sabedoria resulta das experiências vividas e da necessidade de sobrevivência na floresta. No caso dos pescadores que habitam as

comunidades ribeirinhas, por exemplo, eles adquiriram uma profunda compreensão do ambiente aquático devido à sua convivência diária com ele e à necessidade de explorá-lo, o que os tornou capazes de identificar de forma precisa as variações sazonais na abundância e os padrões de migração das espécies que são alvo de suas atividades de pesca (DORIA, 2014).

Esses conhecimentos e habilidades dos pescadores artesanais estão ligados à construção de conhecimentos náuticos e pesqueiros, assim como ao desenvolvimento dos sentidos humanos. Tornar-se um pescador é um processo gradual de adquirir uma consciência cada vez mais refinada do próprio corpo, explorando suas capacidades de aprimoramento e autocriação. Esse refinamento cognitivo está intrinsecamente ligado ao refinamento sensorial, formando um conhecimento sensível que engloba aspectos intelectuais e imaginativos, embora apresentem singularidades que coexistem sem se opor. Na verdade, esses saberes celebram aproximações e são indissociáveis (RAMALHO, 2011).

Nota-se que a vida na várzea demanda não apenas o domínio de técnicas e atividades produtivas específicas desse ambiente, mas também um entendimento abrangente do processo natural que ocorre na região, incluindo as variações nos níveis do rio. Isso resulta em um modo de vida para os ribeirinhos, centrado na interação direta com o rio. Este é o principal fornecedor de peixes para a alimentação, além de servir como o principal meio de locomoção tanto para as pessoas quanto para produtos (DA SILVA et. al., 2021).

Assim, a cultura de comunidades de pescadores artesanais é um rico campo de estudo, destacando-se pela maneira como práticas cotidianas se entrelaçam com identidades individuais e coletivas, moldando um patrimônio cultural intangível. Pode-se dizer que as práticas realizadas pelos pescadores artesanais durante a pesca constituem um patrimônio cultural intangível da comunidade. Embora cada pescador tenha sua individualidade e identidade pessoal, essas se entrelaçam com identidades coletivas e sociais mais amplas, que fazem parte de uma memória compartilhada.

Para um melhor entendimento sobre patrimônio cultural imaterial, traz-se para a discussão a definição de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

O patrimônio cultural imaterial contempla os saberes, práticas,

representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetivos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Uma das formas de proteção dessa porção imaterial da herança cultural é a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela Unesco em 2003 (IPHAN, 2023).

Dentro do amplo domínio da pesquisa antropológica, a cultura das comunidades de pescadores artesanais emerge como um campo fascinante de estudo. Nesse contexto, as práticas diárias dessas comunidades se entrelaçam de maneira complexa com suas identidades individuais e coletivas, contribuindo para a criação de um patrimônio cultural intangível. A pesca, como uma atividade central nessas comunidades, desempenha um papel crucial na moldagem das identidades culturais e na transmissão de conhecimento ao longo das gerações.

3.1 Instrumentos de pesca

Os instrumentos utilizados pelos pescadores refletem a rica tradição da pesca na região amazônica e a necessidade de adaptação aos desafios únicos que o ambiente aquático da Amazônia apresenta. Estes instrumentos são essenciais para a sobrevivência e subsistência das comunidades locais, proporcionando a pesca de peixes e outros recursos aquáticos para consumo e comercialização. Para uma melhor compreensão, serão discutidos alguns dos principais instrumentos utilizados pelos pescadores artesanais, como: espinhel, zagaia, caniço, redes de emalhe, tarrafa, curral de pesca, canoa, anzol e matupi.

3.1.1 Espinhel

O espinhel se trata de uma linha principal com vários anzóis conectados a ele, com a possibilidade de ser colocado de forma vertical ou horizontal por toda a extensão da coluna d'água, apresentando aproximadamente um metro de distância entre os anzóis. São amarradas várias pequenas linhas, conhecidas como empates, e de acordo com as características como o local onde será realizada a pesca, as espécies de peixes

ou/e os conhecimentos tradicionais da região, a quantidade de anzóis utilizados pode ser alterada (MORAES, 2011; SILVA, 2017). Normalmente, o espinhel é confeccionado por uma linha de nylon (SANTOS, 2005).

Conforme Moraes (2011), existem quatro tipos de espinhel, o primeiro se trata de uma corda que é amarrada entre duas árvores, geralmente em região de várzea, ou entre duas varas em um lago, mantendo-se a linha esticada de 20 a 30 centímetros sobre a superfície da água, permitindo assim que os anzóis permaneçam suspensos. Pequenos sapos são usados como iscas, sendo presos aos anzóis, para atrair os peixes. Essa técnica de pesca é empregada para capturar espécies como aruanã (*Oskoglossum bicirrhosum*), carauaçú (*Dioscorea alata*), matrinxã (*Brycon sp*) e piranha caju (*Serrassalmus nattereri*).

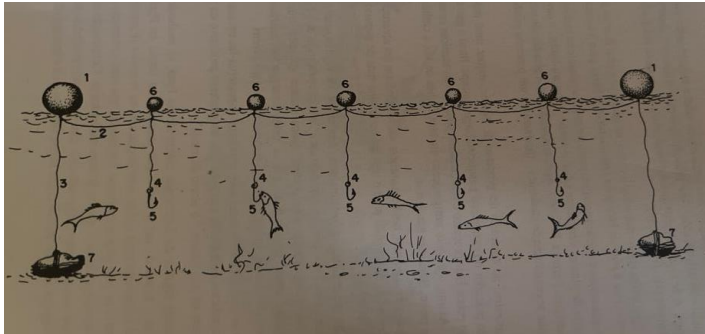
O segundo tipo de pesca com espinhel, como discorre Moraes (2011), recorre a anzóis de maior tamanho, em torno de seis centímetros, colocado próximo à borda da mata da várzea, amarrado em um feixe de capim flutuante, e como isca utiliza frutos retirados de árvores de várzea, tais como abiurana (*Neolobatia cuprea*, Sapotaceae), araçá (*Myrcia fallax*, Myrtaceae), seringa (*Havea brasiliensis*, Euphorbiaceae) ou socoró (*Mouriria cf.ulei*, Melastomaceae). Esse tipo de espinhel é empregado na pesca do tambaqui (*Colossoma macropomum*) no período de enchente na Amazônia, entre os meses de março e agosto. Já o terceiro tipo é utilizado para capturar tracajá (*Podocnemis unifilis*), um quelônio semelhante a uma tartaruga. Usa-se como isca o fruto do caiembé (*Sorocea duckei*, Moraceae), e nesse caso o espinhel fica suspenso sobre a água e seus anzóis a tocam. Por último, esse espinhel é empregado na pesca do pirarucu (*Sudis gigas*, *Vastres gigas*), com um único anzol medindo 12 centímetros que fica abaixo da superfície, fixado por uma corda amarrada em um galho na mata da várzea e neste caso o anzol é iscado com jiju (*Ageneiosus brevifilis*) ou tamuatá (*Calichthys calichthys*) vivos.

Para Moraes (2011):

As diversas formas de utilização de um mesmo instrumento denotam que o conhecimento construído ao longo das gerações sistematiza um conjunto de saberes sobre o modo de vida animal, vegetal e o meio ambiente. Talvez se possa falar de uma zoologia, uma botânica e uma ecologia da tradição. Isso porque o uso de sapos e frutos na condição de iscas para capturar determinados peixes, revela um prévio conhecimento acerca dos hábitos alimentares das espécies. Os pescadores da Amazônia sabem que o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a Pirapitinga (*Colossoma bidens*), comem sementes de palmeiras com casca dura. Os Aracus (*Leporinus spp*) têm no

seu cardápio folhas e raízes de vegetação aquática, enquanto outras espécies sugam o limo composto de fungos, algas e pequenos animais, como o Jaraqui (*Semaprochilodus spp*) e o Curimatá (*Prochilodus nigricaus*) (MORAES, 2011, p. 92-93).

Figura 6- Espinhel utilizado por pescadores

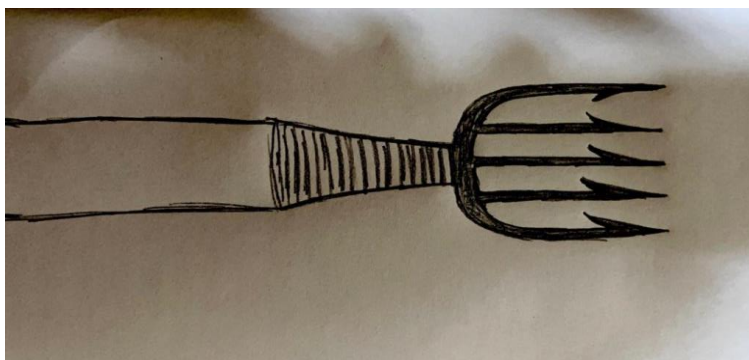


Fonte: Furtado (1993)

3.1.2 Zagaia

A zagaia, conhecida como tridente, é empregada principalmente na pescaria do tucunaré, sendo denominada de 'pescaria de facho'. Este instrumento é utilizado durante a noite, com o auxílio de uma luz forte, como uma lanterna elétrica, uma luz ligada a uma bateria de automóvel ou uma lanterna de carbureto. O pescador, sentado na proa da canoa, procura o peixe que geralmente fica quase imóvel nas margens dos lagos, assemelhando-se a estar dormindo. Ao focalizar o peixe com a lanterna, ele permanece imóvel, permitindo que o pescador o capture ao espetar a zagaia. (FALABELLA, 1994). Ruffino (2004), corrobora conceituando zagaia como uma haste de madeira com tridente na ponta, que também é utilizada para a captura do pirarucu.

Figura 6 - Zagaia utilizada na pesca artesanal

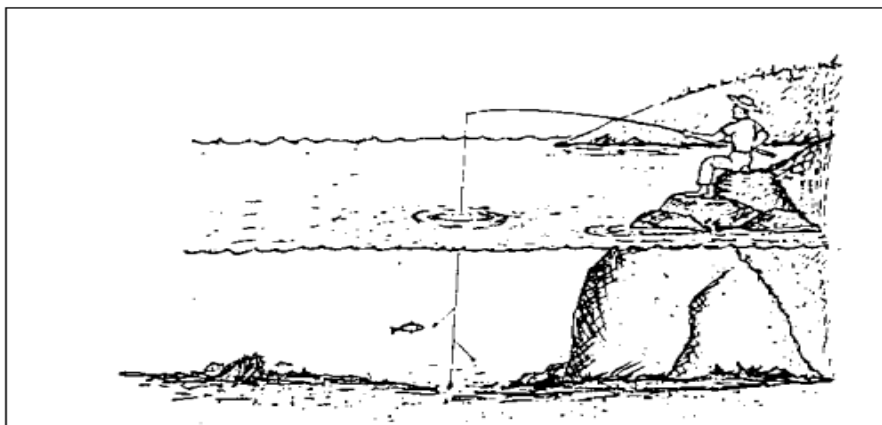


Fonte: Autora (2023)

3.1.3 Caniço

Como é habitual, consiste em uma linha que contém anzol e chumbo, fixada em uma haste. O tamanho do anzol varia consideravelmente, dependendo do tipo de peixe alvo. A escolha da isca também é variável, influenciada pelo tipo de peixe e pela estação do ano. Na pescaria do Tambaqui com caniço, conhecido nesse contexto como 'canicão', os pescadores utilizam os frutos sazonais colhidos no igapó. Já na pescaria do tucunaré, a isca de peixe vivo é comumente empregada (FALABELLA, 1994).

Figura 8 - Vara ou caniço utilizados por pescadores artesanais



Fonte: CEPISUL/IBAMA (GAMBOA; ROCHA, 1994)

3.1.4 Malhadeira (Caçoeira ou rede de espera)

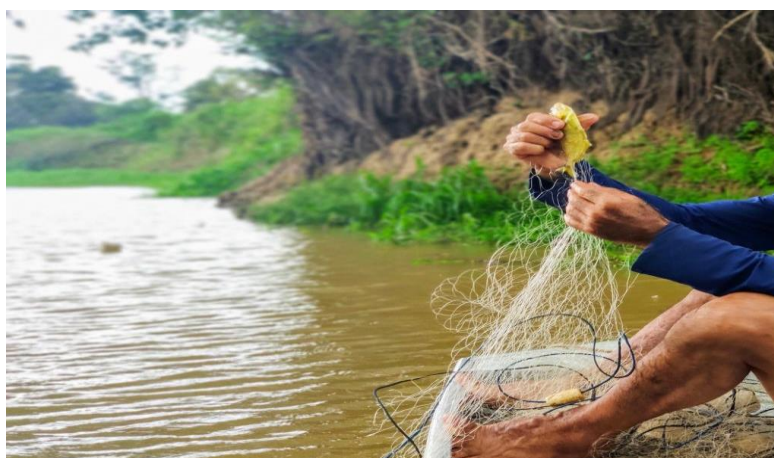
Para Santos (2005), a pesca de rede engloba uma ampla variedade de métodos e redes, pensadas e adaptadas para os diferentes tipos de captura de peixes. Esses métodos incluem o uso de redes fixas que são as malhadeiras; e as lançadas denominadas de tarrafas. Além disso, a depender do tamanho das malhas, elas podem receber diversas nomenclaturas, como caçoeira, caiqueira.

A malhadeira apresenta muitas vantagens para o seu uso, um dos fatores que a faz ser muito utilizada na Amazônia. São redes versáteis, que dependem de pouca carga de trabalho o que oferta tempo para realização de outras atividades e a capacidade de captura ser grande e diversa, em um período de tempo relativamente curto (ZACARD et al., 2017).

Zacard (2017), vem conceituar malhadeira como:

[...] redes retangulares que operam de forma vertical na coluna d'água as quais se estendem ao longo do canal do rio, nos pontos de passagem dos cardumes, normalmente confeccionadas com fios de nylon (monofilamento ou multifilamento). Utilizada para capturar peixes de superfície, meia-água, e de fundo considerada uma arte seletiva quando projetada para um determinado tamanho de peixe. Costumam ser usadas presas a “poitas” (pesos ou âncoras) com tempo de imersão de até 24 h, ou ainda, por meio do “lanço” quando distribuída a favor da corrente mantendo-se uma das extremidades das tralhas presas à embarcação, e recolhida em seguida, sendo utilizadas por todos os tipos de embarcações e suas dimensões são proporcionais ao tamanho da embarcação; as malhas mais utilizadas são de 40 cm e 50 cm. (ZACARD, 2017, p.39).

Figura 7 - Pescador utilizando rede de emalhe (malhadeira) durante a atividade de pesca.



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

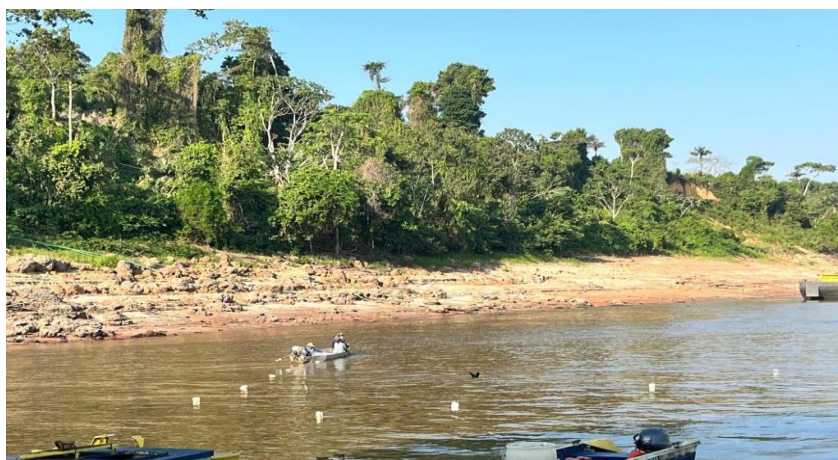
Figura 10 – Momento em que os pescadores estão colocando as redes dentro da embarcação



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

De acordo com Ruffino (2004), as malhadeiras são redes retangulares, fabricadas em náilon multifilamento de variadas malhas, abundantemente empregadas em ambientes com pouca correnteza, posicionada tanto na superfície quanto no fundo, em áreas de águas calmas dos rios ou em lagos. Captura uma variedade de peixes, dependendo da malha utilizada e do local de pesca, podendo também ser utilizada de forma ativa, sendo arrastada manualmente ou por embarcações.

Figura 11 - Momento de pescaria com redes de emalhe

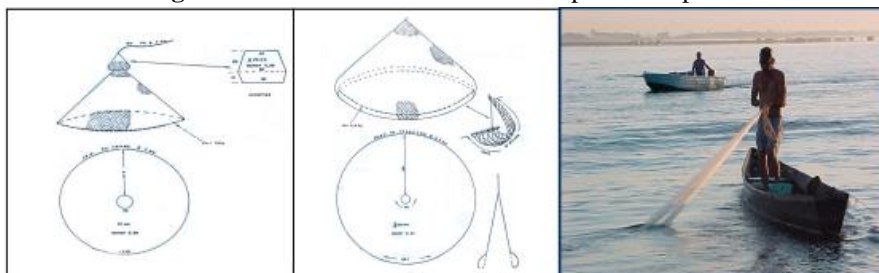


Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

3.1.5 Tarrafa

A tarrafa é uma pequena rede em forma de disco, equipada com cordel no centro e fixada à mão esquerda do tarrafeador. Para utilizá-la, o pescador segura uma grande parte da tarrafa com a mão direita e a lança na água. A tarrafa se abre como uma teia de aranha, capturando os peixes que estão dentro daquele círculo. Alguns pescadores utilizam a boca para auxiliar na abertura da tarrafa durante o arremesso. Ao redor da tarrafa, há chumbo e uma prega dividida em pequenos espaços que, ao ser puxada, impede que os peixes escapem, retendo-os nas bolsas. O chumbo tem o propósito de fazer a tarrafa afundar mais rapidamente, não dando aos peixes a chance de escapar. (FALABELLA, 1994). Lançada em círculos e recolhida pelas bordas, para a captura de peixes pelágicos no canal do rio ou em lagos, em locais rasos e com pouca vegetação, essa técnica é empregada para pescaria (RUFFINO, 2004).

Figura 12 - Tarrafa sendo utilizada na prática de pesca



Fonte: CEPSUL/IBAMA (Gamba, Manoel da Rocha, 1994)

Figura 13- Momento em que os pescadores jogam a tarrafa no rio



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 14- Momento de pescaria, retirada dos peixes na embarcação



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

3.1.6 Curral de Pesca

Segundo Santos (2005), a pesca de curral executa um papel marcante para os pescadores, pois essa atividade oferece abastecimento e renda financeira para as

famílias em determinados períodos do ano. O autor denomina currais de pesca como estruturas feitas de peças de madeira, ligadas por cipós, que ficam dispostos em áreas próximas às margens, realizando o aprisionamento das espécies para despesca durante a baixa da maré.

O curral de pesca tem como principal característica a sua construção estratégica, onde os pescadores usam estacas de madeira ou cercas de palha para estabelecer uma área no rio, lago. Essas limitações conduzem os peixes para um corredor estreito, onde são levados para um espaço cercado, ou seja, o curral. Muitas vezes feita em forma de funil, essa estrutura é arquitetada para que os peixes entrem quando a maré sobe, e não consigam sair quando a maré baixa. Essa técnica de pesca, faz proveito do movimento natural das águas no decorrer do dia, para assim maximizar a captura dos peixes que são levados para dentro do curral.

O curral de pesca apresenta como outra importante característica o seu uso em conformidade com os ciclos naturais do meio ambiente, quando os pescadores observam o movimento das marés, as correntes e os padrões do clima para determinar o momento propício para montar o curral.

Essa técnica utilizada pelos pescadores artesanais pode ajudar na preservação da biodiversidade, pois possibilita que os peixes filhotes ou em fase de reprodução sejam soltos, contribuindo para a renovação das populações locais. O curral de pesca também é frequentemente uma atividade coletiva, pois a construção, a manutenção e a retirada dele, englobam um trabalho coletivo, fortalecendo vínculo social das comunidades pesqueiras (SANTOS, 2005).

Figura 15 - Curral de pesca. a) mourões, b) varas, c) cintas e d) tela



Fonte: Lucena et al. (2013)

3.1.7 Anzol (Linha de mão)

O artefato é amplamente utilizado por entusiastas amadores da pesca de peixes lisos, sendo também uma escolha frequente para a pescaria da pescada. Consiste em uma linha extensa com um único anzol, iscado com pedaço de peixe ou camarão. Após ser arremessada a certa distância, a linha é permitida a descer até o fundo. O pescador tem a opção de mantê-la imóvel ou, por meio de movimentos ritmados, realizar uma suave elevação e descida da linha até que o peixe morda a isca e seja capturado. A escolha da abordagem depende do tipo específico de peixe que se está tentando capturar (FALABELLA, 1994).

3.1.8 Matapi

O Matapi é uma cerca feita de palha de injá ou curuá, estendida de uma margem à outra nas cabeceiras dos lagos, é utilizada para bloquear a saída do camarão. Durante o processo de batição, o camarão se agrupa próximo à cerca; posteriormente, uma nova cerca é construída a aproximadamente um metro de distância da primeira. (FALABELLA, 1994).

Figura 16 - Detalhamento do matapi. a) abertura de acesso, b) interior do matapi (c) porta do matapi



Fonte: Araújo (2013)

O uso de cada tipo de apetrecho na pesca está diretamente relacionado à espécie-alvo e/ou ao ambiente escolhido. As redes de emalhar são as mais comuns em todos os casos, predominando nos ambientes lacustres. A miqueira e a malhadeira são predominantes em lagos, enquanto as bubuias são mais utilizadas em rios. Entre essas redes, destacamos o uso frequente de três tipos diferentes: a miqueira, que são redes retangulares, feitas de nylon monofilamento, com malhas de diferentes tamanhos principalmente para a captura de mapará, mas também de peixes de escama como o pacu; as malhadeiras, muito empregadas em lagos para capturar tambaqui, acari e pescadas, e nos rios para pegar curimatã e bagres; a bubuia, que são redes malhadeiras longas e altas, principalmente utilizada nos canais dos rios para a captura de bagres, como dourada, piramutaba, filhote, surubim, jaú e cujuba (RUFFINO, 2004).

3.1.9 Embarcações (canoa, cascos, montarias, canoa motorizada, voadeira)

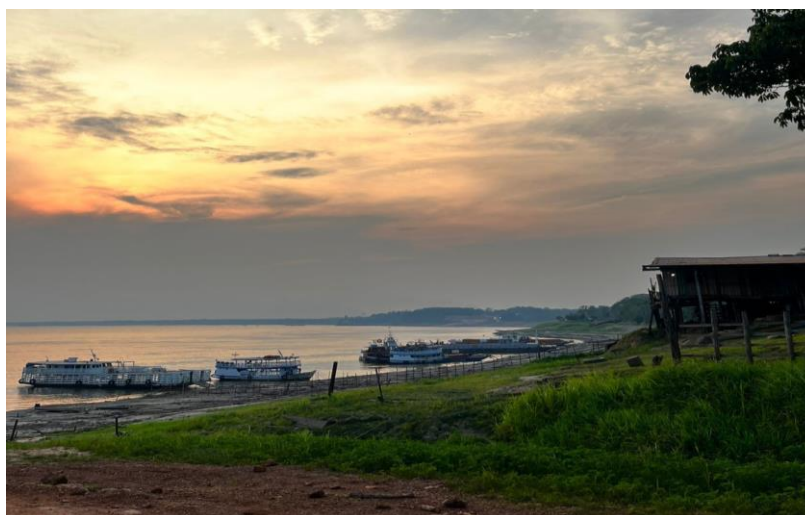
Corrêa (2016) cita em sua obra “Construção naval artesanal e a metamorfose do trabalho capital na Amazônia”, que o estado do Amazonas abriga duas categorias predominantes de embarcações: aquelas de porte médio, destinadas ao transporte de passageiros e mercadorias ao longo das diversas rotas fluviais, demandando, em média, até 5 dias para atingir seus destinos; e as embarcações de pequeno porte, como cascos, canoas e voadeiras, designações utilizadas pelos ribeirinhos. Essas últimas são empregadas tanto por essas comunidades quanto pelos residentes das cidades do interior, sendo destinadas a deslocamentos de curta distância, bem como às atividades de caça e pesca. Esta pesquisa será direcionada especificamente a essas últimas categorias de embarcações (CORRÊA, 2016).

Ainda de acordo com Corrêa (2016), a habilidade e conhecimento indígena, aliados ao saber dos portugueses mencionados anteriormente, contribuíram, desde o início, para o desenvolvimento do transporte fluvial na Amazônia. Esse progresso teve sua base inicial no conhecimento tradicional herdado dos indígenas e, posteriormente, incorporou avanços técnicos da Escola de Arte Náutica "Escola de Sagres", que desempenhou um papel crucial no avanço da navegação fluvial durante a era das grandes descobertas.

Dessa forma, nesta seção, concentramos nossa análise nas embarcações

menores, como cascos, montarias, canoas e voadeiras, fundamentais para as atividades diárias dos pescadores tradicionais. Exploraremos as características específicas dessas embarcações, compreendendo seu papel vital nas viagens de curta distância, bem como no contexto das práticas diárias de pesca.

Figura 17 - Embarcações ancoradas em frente a cidade de Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Cascos: Embarcações tradicionalmente confeccionadas a partir de um único tronco de árvore, geralmente com até 4 metros de comprimento e diâmetro em torno de 0,60 centímetros. O processo de construção envolve a queima controlada de uma região do tronco para criar o compartimento do usuário, enquanto a popa e a proa são modelados com machado e enxó. Após a queima, utilizando machado ou enxó, a espessura da parede é reduzida, ampliando o espaço interno. Para alcançar a espessura desejada, o casco é embebido em óleo e exposto ao sol, visando aumentar a maleabilidade da madeira e, com a ajuda de esticadores, expandir as laterais do casco (CORRÊA, 2016).

Montarias: De acordo com Corrêa (2016), são embarcações de pequeno porte movida a remo, com capacidade para 0,5 tonelada e projetada para uma tripulação composta por 1 a 4 pescadores.

Canoas: Conforme descritas por Corrêa (2016), são embarcações fabricadas pelos próprios usuários ribeirinhos ou por construtores navais artesanais, compostas por 3 tábuas de madeira.

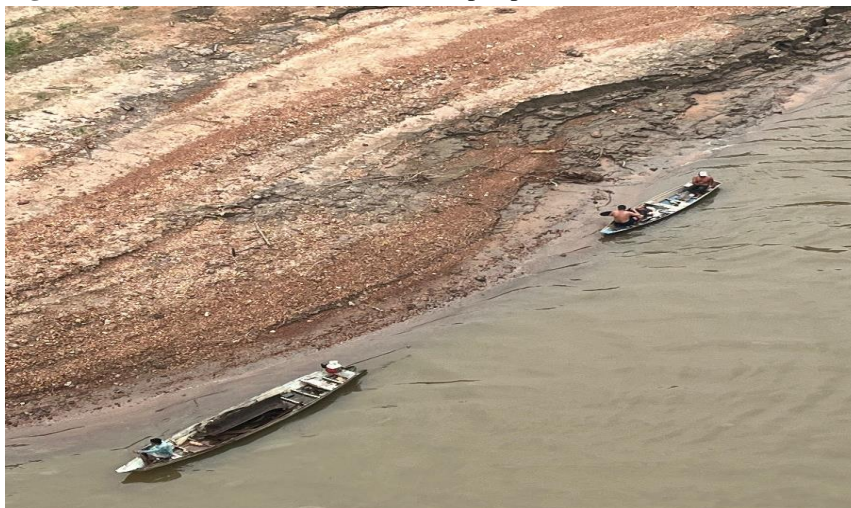
Figura 18 - Canoas confeccionadas com madeira



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Além disso, podemos citar as canoas motorizadas, cujo casco de madeira tem menos de 8 metros de comprimento e é impulsionado por um motor central de 22 HP. Essas embarcações têm capacidade para até 5 toneladas, abrigam de 2 a 6 pescadores e possuem autonomia para até 5 dias de pesca.

Figura 19 - Canoas motorizadas utilizadas por pescadores de Itacoatiara – AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Voadeiras: São embarcações projetadas para navegação rápida, capazes de suportar motorização e fabricadas em madeira ou alumínio. No entanto, o uso de aço não é aconselhável devido ao peso e à baixa resistência à corrosão. Essas embarcações,

mais elaboradas, são geralmente construídas nas sedes dos municípios, exigindo ferramentas mais específicas devido ao seu maior grau de complexidade (CORRÊA, 2016).

Figura 20 -Pescaria em Itacoatiara – AM, utilizando voadeiras



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Nesse contexto, traremos também para a discussão um ponto de relevância sobre as embarcações, a escolha dos nomes dos barcos dos pescadores, que transcende o mero ato de batizá-los; ele se transforma em um reflexo das identidades, desejos e vínculos profundos entre os donos e os rios.

Partiremos agora para a compreensão daqueles que desempenham um papel de destaque na escolha dos nomes das embarcações: os proprietários. Em sua maioria, esses indivíduos mantêm uma forte ligação com a pesca, não apenas no sentido extrativista, mas também pela consideração da atividade pesqueira como um conhecimento transmitido muitas vezes por seus antecessores, comunidade e identidade. Essa perspectiva ressalta a importância de uma peça fundamental para essa conexão entre o indivíduo e os rios: a embarcação. Dessa forma, essa relação é simbolizada por essas embarcações, e a escolha de seus nomes revela uma complexa teia de significados, destacando-se as distintas categorias de proprietários, desde os pescadores que conduzem suas embarcações nas jornadas de pesca até os empresários que, embora detenham a propriedade dos barcos e equipamentos, não participam diretamente das atividades no ambiente aquático (CORRÊA, 2021).

3.2 A PESCA NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA – AMAZONAS

A cidade de Itacoatiara apresenta uma série de vantagens geográficas, o que contribuiu para sua longa história de ocupação. Está localizada em terras elevadas, proporcionando uma visão privilegiada de uma parte relativamente estreita do canal do Amazonas, o que a torna estratégica para a vigilância do tráfego fluvial, algo crucial para questões de defesa. Além disso, a cidade está próxima da confluência com o rio Madeira, um dos maiores afluentes do Amazonas. Ao norte de Itacoatiara, encontram-se solos adequados para o cultivo de plantas perenes, e em outras direções, vastas áreas de solos férteis na várzea, ideais para cultivos de ciclo curto. Um ponto particularmente relevante é que a várzea oferece extensas áreas ricas em recursos pesqueiros (SMITH et al., 1979).

Figura 21 - Porto do Jauari. Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Smith (1979), observa que Itacoatiara possui dois elementos climáticos de relevância para a pesca: as temperaturas elevadas ao longo do ano, proporcionando condições propícias para alimentação e desova contínuas, e a flutuação anual do nível da água. O ciclo de subida e descida do rio exerce uma influência crucial sobre as comunidades de plantas, algumas das quais ficam submersas durante a cheia, enquanto outras prosperam. A constante mudança na distribuição de terra e água demanda uma adaptação contínua da fauna e do homem às novas circunstâncias. A vegetação aquática,

as áreas alagadas da várzea e as zonas de transição entre esses ambientes formam um mosaico de biótopos, cujas distribuições são fortemente influenciadas pela elevação do terreno e, por conseguinte, pelo período de inundação (SMITH, 1979).

O município de Itacoatiara abriga uma comunidade de pescadores que desempenha um papel marcante no abastecimento dos dois mercados locais com uma variedade de espécies capturadas. O desembarque das capturas ocorre no porto do Jauari, que fica localizado próximo a orla da cidade, onde os pescadores chegam com seus produtos. A principal embarcação utilizada por esses pescadores é a canoa motorizada, devido à sua acessibilidade financeira e à proximidade dos locais de pesca em relação à cidade, tornando mais conveniente as idas e vindas dos pescadores. O momento de desembarque dos pescadores varia entre as 5h e 9h da manhã, e aproximadamente 15 a 20 embarcações são identificadas diariamente (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2013).

Figura 22 - Mercado Municipal de peixe Raimundo Pereira da Silva. Jauari. Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 23 - Área interna do mercado municipal de peixe Raimundo Pereira da Silva



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 24 - Mercado municipal de peixe Gesta Filho. Bairro Santo Antônio. Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Figura 25- Área interna do mercado municipal de peixe Gesta Filho. Bairro Santo Antônio. Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

O desembarque pesqueiro em Itacoatiara no porto do Jauari é desprovido de um terminal adequado para receber esse pescado. A falta de estrutura apropriada é evidente, uma vez que a maioria dos peixes é transportada por canoas motorizadas, já que os barcos de pesca não conseguem atracar no local durante todos os meses. Os pescadores organizam as capturas em suas próprias embarcações, realizam a contagem e enchem as caçapas destinadas ao mercado. Os peixes capturados são armazenados em caixas de isopor na embarcação, podendo conter uma ou mais espécies (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2013).

Figura 26 - Porto do Jauari, sem estrutura apropriada para as embarcações. Itacoatiara – AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Pode-se inferir que o município de Itacoatiara é suprido por uma diversidade de espécies de peixes, provenientes de lagos e rios nas proximidades da cidade. Diariamente, essas espécies são trazidas pelos pescadores em canoas motorizadas, sendo desembarcadas no porto do Jauari. Em termos de equipamento de pesca, a malhadeira é amplamente utilizada pelos pescadores. A presença limitada de barcos de pesca pode ser atribuída à falta de uma infraestrutura adequada de terminal pesqueiro, o que prejudica tanto a comercialização quanto o armazenamento adequado dos peixes capturados. Os dados preliminares sugerem uma tendência de produção de peixes menores, como jaraqui e pacu, espécies migratórias que são mais comumente capturadas durante o período de enchente, facilitando a utilização da malhadeira para sua captura (FIGUEIREDO, 2013).

Ainda segundo Figueiredo (2013), em relação as espécies de peixes, destacam-se oito, a saber: jaraqui (*Semaprochilodus spp.*), pacu (*Mylossoma spp.*), pescada (*Cynoscion spp.*), sardinha (*Sardina pilchardus*), aruanã (*Osteoglossum Bicirrhosum*), curimata (*Prochilodus spp.*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e acari-bodo (*Liposarcus pardalis*), as quais apresentaram um volume total de capturas superior em peso quando comparadas às demais espécies. E em relação ao instrumento de pesca mais utilizado pelos pescadores do município se trata da malhadeira.

Figura 27 - Venda de peixes à beira do rio, por pescadores artesanais, no porto do Jauari. Itacoatiara-AM



Fonte: Acervo fotográfico da autora (2023)

Os pescadores de Itacoatiara, utilizam de maneira mais expressiva canoas motorizadas. Embora tanto as canoas quanto os barcos de pesca sejam empregados na dinâmica pesqueira, observa-se que os barcos oferecem vantagens no transporte de apetrechos maiores, proporcionando maior mobilidade e produtividade distintas. Apesar do alto índice de utilização de canoas motorizadas, especialmente devido à facilidade de aquisição e à proximidade dos locais de pesca em relação à cidade, os barcos de pesca destacam-se pela captura significativa de peixes, abrangendo uma área maior. As canoas motorizadas realizam mais expedições, mas os barcos são responsáveis pela maior quantidade de pescado desembarcado no município. Os pescadores escolhem diversas localidades para capturar espécies específicas, sendo o rio Arari o ponto mais frequente, seguido por lagos próximos à cidade. Cada pescador busca locais próximos e de fácil acesso para a captura de determinadas espécies (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2013).

Um dos principais lagos é o Lago de Serpa, que fica localizado à 5km da área urbana da cidade de Itacoatiara, localizada na região do Médio Amazonas, à margem esquerda do Rio Amazonas, a uma distância de 266 km por rodovia asfaltada e 180 km por via fluvial a partir de Manaus. O rio Amazonas é formado pelos rios Solimões e Negro, e além desses, diversos pequenos corpos hídricos cortam a região, contribuindo com um extenso número de afluentes nas proximidades (SILVA, 2019).

O Lago de Serpa, que, embora denominado lago, é, na verdade, um tipo de paraná com cerca de 7 km de comprimento e 500 metros na parte mais larga. Durante a cheia, estabelece comunicação com os rios Urubu e Amazonas, mas, devido a alterações antropogênicas, como desmatamento e construção de estradas, essa conexão tem sido perdida ao longo dos anos. A região compreende um complexo sistema fluvial, onde o Lago Serpa, afetado pelo funcionamento da várzea e enriquecido por depósitos aluviais de rios de águas brancas, como Amazonas e Madeira, é circundado por vegetação abundante, vegetação aquática flutuante e bancos de macrófitas, principalmente "aningas". Esses bancos de macrófitas movimentam-se devido às cheias dos rios e permanecem fixos em áreas menos profundas durante a seca. Dessa forma, o Lago de Serpa abriga uma diversificada fauna de peixes, incluindo espécies cruciais para a subsistência das comunidades tradicionais locais e outras de relevância econômica, como tucunaré, cará, pacu, sardinha, jaraqui, matrinxã, mapará, pescada e aruanã. Esses dados não apenas contribuem para um levantamento inicial da fauna na região, mas também se mostram úteis para propostas futuras de manejo, considerando a variedade de espécies e sua interação com a população local (SILVA, 2019).

Ademais, a região próxima ao Rio Urubu, em sua confluência com o Rio Amazonas, apresenta um complexo sistema fluvial composto por canais, furos, paranás e lagos, destacando-se o Lago de Serpa, influenciado pelos rios Urubu (nordeste) e Amazonas (sudeste) durante as cheias. Contudo, as conexões naturais têm sido comprometidas devido a alterações no uso da terra, como desmatamento e construção de estradas. O canal principal que conecta o Lago de Serpa ao Rio Amazonas foi modificado em um pequeno trecho para passar sob uma estrada que conecta a cidade ao aeroporto (SILVA, 2019).

Ainda de acordo com Silva (2019), em se tratando dos conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais, no Lago de Serpa no município de Itacoatiara, a pesca tem como foco principal o consumo por subsistência das comunidades ribeirinhas, sendo a agricultura a atividade predominante, seguida pela pesca para subsistência. Os pescadores locais afirmaram que aprenderam suas técnicas principalmente com seus pais, e a maioria transmitiu esse conhecimento para as gerações seguintes. Esse processo destaca a continuidade da transmissão intergeracional do conhecimento, essencial para a preservação das práticas tradicionais de pesca.

3.3 TRADIÇÕES ANCESTRAIS E RITUAIS NOTURNOS: PESCADORES E PESCARIAS, MUNICÍPIO DE ITACOATIARA – AMAZONAS.

Com o olhar direcionado para Itacoatiara, na região amazônica, a fim de investigar as técnicas e práticas de pesca adotadas pelas comunidades tradicionais de pescadores locais, buscamos compreender os métodos, estratégias e saberes que sustentam as atividades pesqueiras, ressaltando a expertise que tem sido transmitida ao longo das gerações, concentrando-se na análise das práticas de pesca como parte integrante da cultura e economia locais.

É relevante destacar que as informações aqui apresentadas foram obtidas de maneira informal, por meio de relatos diretos de pescadores locais. Esses relatos tem uma contribuição para a compreensão das técnicas de pesca e saberes tradicionais na região de Itacoatiara. Esta dissertação se esforça para abordar questões éticas de maneira transparente, respeitosa e responsável, reconhecendo as limitações impostas pela metodologia adotada.

Nesta seção, adentramos nos próximos parágrafos, nas memórias e narrativas de um pescador, nascido em 1962, morador do município de Itacoatiara no Amazonas, cujas raízes familiares se entrelaçam com o mundo da pesca, da agricultura e do extrativismo no coração da região amazônica. A história deste pescador, que cresceu às margens dos igarapés, lagos e do imponente Rio Amazonas, com origens na etnia Mura, e que desde os cinco anos de idade já estava envolvido nas atividades de pesca com sua família, proporciona uma visão singular das técnicas e práticas de pesca que moldaram sua vida e a de sua comunidade. Sua jornada nos transporta para um período situado entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, quando a pesca se transformava em um espetáculo singular na região. Neste contexto, surgem as narrativas de uma era passada, onde as técnicas de pesca, a cultura e o saber tradicional da comunidade local se entrelaçam em uma teia rica de experiências e práticas ancestrais.

Relata que em relação a pesca, no verão, ele e os familiares pegavam peixes literalmente em terra. No período de piracema, quando o boto entrava no cardume de peixes, os peixes pulavam, logo em seguida, pacú, sardinha caíam em terra e os pescadores pegavam com as mãos e colocavam nos cestos. Os peixes “lisos” como surubim, piaba vinham arribando, com as galhas de fora da água e era possível pescá-

los com a zagaia, arpuando com arpões que eram confeccionados com madeira.

Conta que no lago, os pescadores faziam uso do espinhel e do curumim. O curumim era uma espécie de linha com um anzol na extremidade, que era amarrada a um galho de árvore e pendurada nas margens. Enquanto o espinhel se assemelhava a uma corda com vários anzóis, e muitos de nós o chamávamos simplesmente de 'corda', sendo comum ouvir a expressão 'vamos botar as cordas'. O curumim desempenhava um papel versátil, sendo empregado tanto para a captura de peixes “lisos”, de pele lisa, os quais eram atraídos com iscas de frutas de umbaúba, lançadas nas águas barrentas do Rio Amazonas, quanto na pesca do tambaqui e da pirapitinga no lago e no gapó. Se pescava muito de astia e flexa. Naquele tempo não tinha malhadeira, relata que nunca tinham ouvido nem falar em rede de pesca, malhadeiras. Então, seria hoje o que é chamado de pesca artesanal.

Quando vinha a enchente conta, que pegavam a piranha com o bucho do outro peixe, a água subia, os pescadores ficavam no que se chama maromba e colocava o bucho do peixe dentro da água, então as piranhas vinham e eles puxavam, até dez piranhas de uma vez só, nas margens no Rio Amazonas.

Quando eles se deslocaram para o igarapé pertencente ao pai, situado em frente a Itacoatiara e que se estendia até Nova Olinda e Mauê, encontraram um local caracterizado pela abundância, oferecendo não apenas oportunidades de caça, mas também de pesca. No ambiente, eram encontrados peixes como pirarucu, matrinxã (anteriormente chamada de jatuarana), tambaqui e acari. A variedade de opções permitia que eles escolhessem livremente o que desejavam para a refeição. Cada uma dessas espécies de peixes envolvia técnicas específicas de captura. O pescador relata que presenciou como o pai fazia as cercas na cabeceira do igarapé, utilizando materiais como madeira de cauaraçú para erguer cercas de vara e cerca de pau a pique. Essas estruturas se estendiam de uma margem à outra do igarapé, proporcionando uma armadilha eficaz para os peixes quando o nível da água baixava. Eram varas resistentes feitas de árvore de cauaraçú que cercava o igarapé de um lado ao outro, e quando secava o peixe ficava preso ali. Além disso, técnicas como o uso de tarrafas e flechas eram empregadas na captura dos peixes da região.

No verão, à medida que os poços se formavam, eles se dirigiam a esses locais para usar tarrafas na captura de jatuaranas. Por outro lado, no inverno, quando a pesca

se tornava mais desafiadora, empregavam espinheis, curumins e o camuri como métodos de pesca alternativos. O camuri, uma ferramenta de aproximadamente um metro e vinte de comprimento, apresentava um anzol na extremidade, que era iscado e envolvido com corda. As duas ferramentas de pesca, o camuri e jimuá (ou sararaca), são quase parecidos, os dois são com cordas enroladas, a diferença é que o jimuá-sararaca é um bico, tem que arpuar, flexar, e o bico vai ter que entrar no peixe, já o camurim é a corda enrolada com o anzol, que não flexa pra atingir o peixe, flexa para fazer o barulho, com o barulho o peixe nada e vai pegar a isca, quando ele morde a isca desenrola até engatar, fisgar. Esses instrumentos eram usados exclusivamente para capturar o aruanã.

Para a pesca do tucunaré, as comunidades locais empregavam o método conhecido como pindá. O pindá consistia em dois ou três anzóis amarrados e decorados com tiras de panos coloridos, em tons de vermelho, amarelo e diversas outras cores, a fim de assemelhar-se a peixes coloridos encontrados nas águas. A técnica envolvia o uso de uma vara, semelhante aos caniços contemporâneos, na qual os pescadores arrastavam os anzóis sobre a superfície da água da direita para a esquerda. O tucunaré era atraído por esse movimento e, ao morder o anzol, os pescadores realizavam a captura, semelhante à ação de puxar a linha com uma vara de pescar. Esse método, embora primitivo, permitia a pesca tanto a partir de canoas quanto das margens da água, particularmente em áreas com galhadas, onde a presença de paus caídos na água era comum, e os peixes tendiam a se reunir neles.

Para a captura do Acarí-bodó, os pescadores da região também empregavam uma técnica específica. Inicialmente, saíam à procura dos peixes em seus esconderijos, os buracos, muitas vezes durante chuvas leves e persistentes. Armados com remos, os pescadores se moviam lentamente em suas canoas, criando sombras com os remos na água, enquanto observavam cuidadosamente a área. Com o tempo, eles desenvolviam um conhecimento preciso sobre a localização dos buracos nos quais os acarís se escondiam. Quando identificavam uma área com água turva e suja, indício da presença do Acarí-bodó, alguns deles se lançavam na água. Caso fosse possível alcançar o peixe sem mergulhar completamente, faziam-no, senão, pulavam diretamente na água.

A captura do Acarí-bodó envolvia uma técnica peculiar. Os pescadores agarravam rapidamente o peixe pelo rabo e o empurravam para dentro do buraco. Ao empurrar mais para dentro, o buraco se fechava, então o peixe era puxado rapidamente.

Se puxado lentamente, o buraco se abria. Era necessário empregar muita força para puxar o peixe, quebrando suas galhas. Para preservar os Acarís capturados, mantidos vivos em quantidades que variavam de dez a trinta, a canoa era inundada. Os peixes eram então colocados na água para evitar a rápida decomposição. Além disso, eram mantidos à sombra para evitar o superaquecimento.

Na década de 1970, a vida nas comunidades ribeirinhas era fortemente moldada pelo extrativismo, pela agricultura e pela pesca. Um dos peixes amplamente capturados na região era conhecido como jatuarana, que atualmente é denominado matrinxã. Os moradores diferenciavam o matrinxã das jatuaranas maiores, reservando esse último termo para as espécies em estágio de crescimento. A captura desses peixes era realizada com o uso de flechas, embora as jatuaranas fossem conhecidas por sua astúcia. Para atraí-las, os pescadores usavam uma fruta denominada camuri, semelhante a um caroço de ingá. Usavam anzóis maiores, especificamente projetados para esse tipo de pesca, que eram iscados com as flores do camuri, não diretamente no fundo, já que os peixes revelavam uma notável inteligência. Os pescadores relatam que os peixes sabiam que as frutas não ficavam no fundo da água, e que se eles vissem lá no fundo eles iriam desconfiar.

Nas horas noturnas, a abordagem para a pesca da jatuarana assumia uma nova configuração. Nesse contexto, os pescadores adotavam iscas de carne, que eram fixadas nos anzóis e lançadas no fundo da água, frequentemente a ponto de fazer com que a própria corda do espinhel desaparecesse nas profundezas dos rios. Em algumas situações, a profundidade exigia que os pescadores estendessem seus braços até o fundo para amarrar as cordas de uma árvore a outra. Além disso, a pesca da jatuarana era realizada a partir de caniços, nos quais as iscas consistiam em carne ou em outro tipo de fruto denominado muruxi. O pescador enfatiza que alguns pescadores comentam que até mesmo o pirarucu, ao avistar uma malhadeira, reage com vigor, freando bruscamente e permitindo que a malhadeira seja levada pela corrente, passando por baixo dela e escapando.

Nesse cenário, vários pescadores se dedicavam à pesca noturna, já que suas atividades diurnas eram voltadas para a agricultura. Durante as atividades de pesca faziam uso frequente de anzóis e zagaia. A pesca com anzol envolvia o uso de caniços para a captura de jatuaranas e tambaquis. Por sua vez, a pesca com zagaia ocorria ao

longo das margens do rio, com o intuito de identificar peixes que repousavam nas proximidades das margens ou nos galhos de árvores submersas. Os pescadores se concentravam nessa técnica, aproveitando as oportunidades que a noite oferecia.

Na década de 1970, da qual estamos nos referindo, não era prática comum entre todos os pescadores possuir lanternas, o que os levava a adotar métodos peculiares para a pesca noturna. Nesse contexto, duas técnicas predominavam: 'faxiar' e 'corongar'. 'Faxiar' consistia em reunir palhas, agrupá-las e amarrá-las na extremidade de uma vara, assemelhando-se a uma vassoura. Dado que suas jornadas diurnas eram ocupadas com outras atividades, como o trabalho no campo, a noite se tornava o momento mais apropriado para a pesca. Por outro lado, aqueles com melhores condições financeiras recorriam a uma espécie de tecnologia da época conhecida como 'porongas'. Era importante observar que a pesca noturna era preferencialmente realizada sob a lua escura, evitando o período conhecido como 'luar', no qual as condições para a pesca eram desfavoráveis. Assim, os pescadores saíam para a pesca após o término do luar ou logo cedo, antes que a lua se erguesse no céu.

Na comunidade, era comum que os vizinhos compartilhassem recursos essenciais, como porongas e zagaia, emprestassem uns para os outros. Ao longo do tempo, esse intercâmbio estendeu-se a lanternas, que passaram a ser utilizadas tanto na pesca quanto na caça. A prática de pescar à noite era motivada pelo fato de que muitos pescadores desempenhavam outras funções durante o dia, como a agricultura. Uma curiosidade interessante é que, ao retornar da pescaria, a preparação da refeição acontecia independentemente do horário, seja às 22 horas ou às 3 da madrugada. Muitas vezes, as crianças já estavam dormindo e, portanto, não jantavam imediatamente, guardando a refeição para o café da manhã, por volta das seis horas. Dessa forma, as crianças desfrutavam do peixe cozido que havia sido preparado anteriormente.

Na comunidade de São Francisco de Assis, onde o pescador residia, a prática de pesca noturna era comum, especialmente durante a lua escura e a lua cheia. Nos períodos de luar, a pesca era evitada, sendo realizada apenas à noite ou após o momento em que a lua "sentava". O acará era mais frequentemente capturado no verão, enquanto o tucunaré estava disponível tanto no inverno quanto no verão. No igarapé, próximo à residência, não havia cardumes de jaraqui. Durante o verão, quando ocorria a seca e formavam-se poços, os diferentes tipos de peixe se reuniam nesses locais, e então se

utilizava a tarrafa para a pesca.

Havia um peixe conhecido como acarazinho, popularmente chamado entre os moradores da comunidade de pereré, especialmente apreciado pela "curuminzada", eram mais eles que o pescavam. Para capturá-lo, utilizava-se mandioca molhada, colocando-a dentro da canoa, alagando-a e, em seguida, desalagando. Dessa forma, conseguia-se obter 10, 20 ou até 30 pererés na canoa. Devido o peixe ser muito pequeno, só podia ser cozido, então preparava-se um caldo com cheiro-verde para consumo.

Durante o período de janeiro a março, ocorria a queda de frutos de uxi e piquiá, aproveitando também as chuvas, conhecidas como enxurradas, nos pequenos córregos da mata. Nessas ocasiões, os pescadores utilizavam um paneiro para capturar o peixe que tem um formato charuto, localmente chamado de "pirá". Segurando firmemente o paneiro na descida da água nos córregos e igarapés, conseguiam enchê-los. Posteriormente, levavam os paneiros cheios para casa e salgavam os peixes, uma prática essencial de conservação na ausência de geladeira, energia elétrica e gelo da época.

O pescador relata que seu pai e seus irmãos mais velhos ensinaram tudo que ele sabe sobre pescar. Desde criança, acompanhava seu pai nas pescarias, sentado na polpa da canoa, mas com a condição de manter total silêncio, para não espantar os peixes. Quando seu pai saía para pescar, ele ia junto, ficava sentado na polpa da canoa fazendo o que ele chama de contrapeso. As canoas eram pequenas e para não correr o risco de afundar, se colocava uma pedra na polpa e o pescador sentava na proa. E as vezes levavam o "curumim"¹¹ ou a "cunhantã"¹² para sentar naquele lugar. Na pesca utilizando o arco e flexa, o pescador agia com extrema cautela ao avistar o peixe. Ele remava suavemente com a flexa, largando o remo e movendo-se devagar para evitar fazer barulho. Esperava pacientemente até que o peixe projetasse a boca para fora da água, momento chamado de "aiuar". Nesse instante, aproveitava para atirar com a flecha. Além disso, utilizava um cacete para imobilizar o peixe na canoa. A pesca com arco e flexa exigia uma paciência extrema.

Na época de 1970, a comunidade não tinha uma estrutura formal de liderança, mas certas habilidades e recursos conferiam *status* especial a alguns membros.

¹¹ Curumim: Neste caso, o curumim trata-se de uma pessoa, um menino de pouca idade; garoto; rapaz.

¹² Cunhantã: Palavra derivada do Tupi Guarani, que significa menina, garota.

Quem possuía um motorzinho era considerado uma figura central, e o líder era alguém habilidoso em diversas práticas, desde questões de saúde, como aplicação de injeções e tratamento de "dismintiduras", realizar benzeduras contra "quebranto", até habilidades práticas, como a construção de canoas e remos. Essas pessoas eram altamente respeitadas na região devido à sua versatilidade e contribuições para o bem-estar da comunidade.

Na dinâmica religiosa da comunidade, os residentes praticavam uma variedade de rituais, incluindo a recitação do terço e da ladainha. Algumas famílias tinham seu santo específico, como por exemplo São Francisco de Assis. Essa diversidade de práticas religiosas indicava a ausência de um líder religioso central na comunidade, sugerindo uma pluralidade de expressões espirituais entre os moradores. Era comum as pessoas fazerem promessas, especialmente os pescadores, que realizavam rituais em honra às almas. Por exemplo, se um pescador realizava um pedido que se capturasse um pirarucu, parte do peixe era destinada às almas em cumprimento da promessa feita. Dessa forma, uma banda do peixe era vendida e com o valor arrecadado se comprava velas que eram acendidas para as almas em agradecimento. O entrevistado relatou uma situação em que seu pai encontrou um pirarucu preso no meio do aningual e atribuiu a captura às almas, considerando uma parte do peixe como sendo destinada a elas.

Os pescadores realizam práticas supersticiosas durante a pesca, onde invocavam São Pedro ou Santa Marta, considerados protetores dos pescadores. Antes de lançar a linha cumprida, eles cuspiam na isca, balançavam, e ao jogar na água, proferiam uma oração: "Ôh meu São Pedro pescador, botai um peixe na carreira, o rabo vai para o pescador, e a cabeça para a cozinheira." Seguir essa tradição era considerado crucial, pois acreditavam que, caso não o fizessem, teriam dificuldade em pescar novamente. Essas práticas refletiam a forte influência das crenças e rituais religiosos na vida cotidiana de comunidades tradicionais.

Este relato proporcionado pelo pescador, nos traz uma fascinante imersão nas técnicas e práticas de pesca adotadas pelas comunidades tradicionais no município de Itacoatiara, na região amazônica. Ao explorarmos as memórias e relatos dele, nascido e criado nas margens dos rios e igarapés, fomos transportados para um período em que a pesca, a agricultura e o extrativismo eram entrelaçados de maneira única. As práticas de pesca noturna, permeadas por rituais e superstições, não apenas revelam estratégias

astutas para garantir o sustento, mas também evidenciam a profunda interconexão entre a cultura, os saberes tradicionais e o cotidiano desses atores nas comunidades ribeirinhas.

No caso do pescador, a herança dessas práticas remonta às suas experiências vividas ao lado do pai e irmãos mais velhos. Desde a infância, ele absorveu conhecimentos valiosos sobre a pesca enquanto acompanhava seu pai nas jornadas pelos rios e igarapés. A bordo das canoas familiares, ele não apenas testemunhou, mas também participou ativamente das técnicas e estratégias empregadas na captura de peixes na região amazônica. Esse aprendizado não se restringia apenas ao manejo das ferramentas, como arcos, flechas, e técnicas específicas de pesca, mas também à compreensão do comportamento dos peixes, os ciclos sazonais e os detalhes intrincados do ecossistema aquático. Além do pai, os irmãos mais velhos também desempenharam um papel crucial na transmissão desses conhecimentos. Suas experiências práticas e conselhos moldaram a abordagem do pescador em relação à pesca, proporcionando uma compreensão holística que vai além das habilidades técnicas. O silêncio meticuloso durante as pescarias noturnas, o uso cuidadoso do arco e flexa, a escolha do local certo e a paciência necessária foram aspectos ensinados não apenas como técnicas, mas como um modo de vida intrinsecamente ligado à natureza.

Esse repasse intergeracional não apenas preserva as tradições da pesca artesanal, mas também fortalece os laços familiares e comunitários. A transmissão oral desses saberes contribui para a coesão social, criando uma continuidade cultural que se estende por gerações. No contexto das comunidades ribeirinhas, onde o ambiente aquático é vital para a subsistência, a transferência de conhecimentos sobre a pesca artesanal é essencial não apenas para garantir a sobrevivência, mas também para promover uma relação sustentável e respeitosa com o meio ambiente.

Ainda relacionado aos atores da pesca no município de Itacoatiara, ao longo dos séculos, as populações que habitam a Amazônia têm dependido da pesca como uma fonte essencial de alimento e sustento econômico. Nesse cenário complexo e diversificado, as mulheres desempenham um papel muitas vezes subestimado, mas fundamental, na pesca amazônica. Elas não são apenas participantes ativas na captura de peixes, mas desempenham uma atividade multifacetada em todo o ciclo da pesca. Esta seção tem como objetivo destacar a participação das mulheres pescadoras na Amazônia.

Contrapondo Smith (1979), que discorre que a pesca trata-se de uma

atividade essencialmente masculina, pois apenas uma mulher foi vista pescando em frente a cidade de Itacoatiara, Verrísimo (1970), descreve que as mulheres não apenas desempenhavam diversas funções, mas também tinham a responsabilidade de preparar alimentos, cuidar das crianças e organizar a casa, e que a presença significativa da mulher na pesca estendia-se também ao ambiente marinho. Alencar et. al. (2015), apresenta que estudos conduzidos a partir dos anos 1990 começaram a questionar alguns fundamentos epistemológicos referentes à organização do trabalho na pesca, bem como à participação de homens, mulheres e crianças nessa atividade. Essas pesquisas consideram a existência de uma cadeia produtiva na qual diversos sujeitos desempenham atividades em tempos e espaços distintos.

Essa abordagem foi influenciada pelo campo de estudos conhecido como antropologia da mulher ou estudos sobre mulher, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 e foi fortemente impactado pelo movimento feminista, além dos estudos de gênero. O debate que caracterizou a produção antropológica nesse período criticou vigorosamente a universalização das assimetrias e a valorização seletiva de certas atividades e de seus praticantes no contexto da pesca artesanal. Esse debate apontou para a necessidade de considerar as particularidades das situações sociais em que homens e mulheres se relacionam, destacando que as categorias analíticas de gênero e mulher são relacionais e contextuais (ALENCAR, 2015).

Considerando o exposto, surge a seguinte indagação: "Os ambientes pesqueiros, outrora exclusivos para os homens, agora incluem a participação das mulheres, ou as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na pesca, sendo invisibilizadas?"

Dentro desse contexto, as recentes investigações levantaram dúvidas sobre a universalidade da posição e participação das mulheres nas comunidades pesqueiras, destacando a crítica à sua invisibilidade no cenário laboral pesqueiro. Essas pesquisas contribuíram para reforçar a indagação que, naquele período, permeava as pesquisas antropológicas de maneira mais ampla: "como seria viável construir um entendimento etnográfico sem considerar as mulheres" (BONETTI, 2009).

A invisibilidade da mulher na pesca é um fenômeno histórico profundamente enraizado, refletindo-se em percepções sociais e políticas que minimizaram sistematicamente o papel e a contribuição das mulheres nesse setor. Durante muito

tempo, o trabalho das mulheres nas atividades pesqueiras foi desconsiderado, a visão predominante relegava as mulheres a um papel secundário, muitas vezes apenas como acompanhantes de seus maridos, sem reconhecimento formal por suas próprias habilidades e contribuições.

Por longo período, as atividades laborais exercidas por mulheres em ambientes aquáticos, como rios, manguezais, mares e lagos, eram subestimadas, sendo consideradas meras extensões das responsabilidades domésticas. A percepção predominante era de que as mulheres acompanhavam seus maridos durante as atividades pesqueiras, desempenhando um papel secundário ou auxiliar. Essa perspectiva distorcida era oficialmente respaldada pelos órgãos governamentais, como o Ministério da Previdência e o Ministério do Trabalho, que não reconheciam plenamente as mulheres como trabalhadoras da pesca. Esse entendimento contribuiu significativamente para o atraso na legalização do trabalho das mulheres envolvidas na pesca, mariscagem e atividades correlatas. Somente a partir da Constituição de 1988, houve um reconhecimento legal das mulheres que desempenham funções nas águas, conferindo-lhes plenos direitos previdenciários e trabalhistas (CAVALCANTE, 2010).

Alencar (2011) em sua obra, vem destacar que na literatura etnográfica até as últimas décadas do século XX, o termo "pesca" era usado para descrever atividades aquáticas realizadas pelos homens em diferentes contextos sociais e ambientais do Brasil, contribuindo para a construção da identidade social do homem como pescador. Isso resultou em assimetrias de gênero, com mulheres na pesca artesanal sendo invisíveis e enfrentando dificuldades para serem reconhecidas como trabalhadoras do setor. A partir dos anos 1990, estudos começaram a questionar esses pressupostos, influenciados pelos campos da antropologia da mulher e dos estudos de gênero. Críticas foram direcionadas à universalização das assimetrias e à falta de atenção às particularidades das relações sociais na pesca artesanal. Pesquisas mais recentes revelaram a diversidade de arranjos e modos como as mulheres estão envolvidas na produção pesqueira. A invisibilidade das mulheres nas políticas públicas e nas instituições representativas também foi destacada, evidenciando a necessidade de uma abordagem de gênero para considerar a agência de homens e mulheres nos diferentes espaços da pesca. O conceito de gênero como construção social e relações de poder foi enfatizado, apontando para a necessidade de compreender as desigualdades entre homens e mulheres na pesca

artesanal como desigualdade de poder.

Diante desse cenário, as mulheres pescadoras mobilizaram-se em âmbito nacional com o objetivo de influenciar as ações do Estado na formulação de políticas públicas para a pesca artesanal, considerando as particularidades de gênero. Simultaneamente, buscavam denunciar as barreiras enfrentadas para acessar políticas sociais e previdenciárias destinadas aos pescadores e pescadoras artesanais, além de questionar a distribuição de poder político em instituições representativas, como Colônias, Associações e Sindicatos. Apesar do direito legal à associação, encontravam obstáculos para inserir questões de gênero nas agendas dessas instituições e para ocupar cargos de liderança, o que é evidenciado pela escassa presença de mulheres em posições diretivas (ALENCAR, 2011).

Nesse contexto desafiador, a mobilização das mulheres pescadoras não se restringiu apenas à busca por reconhecimento e influência nas políticas públicas. Elas também enfrentaram o desafio de desvelar as dificuldades específicas que enfrentavam no acesso a benefícios sociais e previdenciários destinados aos pescadores artesanais. A luta dessas mulheres não se limitou ao espaço aquático; estendeu-se à arena política, onde questionaram a distribuição desigual de poder nas instituições que deveriam representar equitativamente a categoria. A escassa presença feminina em posições diretivas destacou a urgência de desafiar estereótipos arraigados e barreiras sistêmicas que perpetuavam a sub-representação das mulheres na tomada de decisões no universo da pesca artesanal.

A revisão do conceito de pesca fortaleceu a identidade das pescadoras e sua participação nas instituições de representação da categoria. A organização política das pescadoras contribuiu para a construção de uma identidade social e política, desafiando dicotomias de gênero no contexto da pesca artesanal e buscando equidade nas tomadas de decisão. Isso reflete uma abordagem que reconhece o caráter construído socialmente e relacional do gênero, rompendo com concepções fixas e universais das relações entre homens e mulheres (ALENCAR, 2011).

Dessa forma, a desconstrução do conceito de gênero permitiu uma compreensão mais sensível das questões relacionadas a poder e hierarquia entre os gêneros. As pescadoras, ao desafiar modelos dicotômicos e hierárquicos de poder, contribuíram para a transformação do paradigma nas representações sobre o trabalho na

pesca artesanal e para a promoção da equidade de gênero. O processo de organização política das pescadoras pode ser considerado como um projeto de identidade, que busca não apenas contestar valores tradicionais, mas também estabelecer autonomia e valorização do papel das mulheres no contexto social da pesca artesanal. Essa identidade se manifesta na construção de uma coletividade que transcende os interesses comuns dos pescadores, evidenciando a existência de um projeto coeso de afirmação e reconhecimento das mulheres na pesca (ALENCAR, 2011).

Lopes et. al. (2020), vem salientar em sua obra, que as mulheres desempenham papéis-chave em diversos segmentos da cadeia produtiva pesqueira globalmente, atuando como usuárias primárias, secundárias e terciárias. Apesar dessa importância, as mulheres permanecem invisíveis nas estatísticas pesqueiras, tanto em países como o Brasil quanto em outras regiões, refletindo uma subvalorização cultural do trabalho feminino em contraste com a supervalorização do masculino. A invisibilidade estatística da mulher na pesca também está relacionada à associação frequente com a pesca de subsistência, muitas vezes negligenciada nas estatísticas oficiais. No entanto, a pesca de subsistência, incluindo atividades como a cata de mariscos, desempenha um papel crucial na redução da pobreza, soberania alimentar e garantia da segurança alimentar, especialmente em países menos desenvolvidos. Embora a contribuição das mulheres para a dieta diária de suas famílias seja substancial, raramente é devidamente reconhecida. Além das atividades diretas na pesca, é essencial considerar os inúmeros contributos indiretos das mulheres para o setor pesqueiro. Ao assumirem diversas responsabilidades familiares, como cuidar dos filhos, prover alimentação básica e manter a casa, as mulheres frequentemente subsidiam as atividades pesqueiras de seus maridos. Embora esses investimentos nos "bastidores" muitas vezes não sejam contabilizados nos rendimentos da pesca, desempenham um papel econômico significativo ao subsidiar a pesca comercial e contribuir para a estabilidade social das famílias.

Dessa forma, na pesca artesanal, estabelecer parcerias e promover colaborações entre homens e mulheres ocorre em diversos espaços e tempos. Diante disso, é fundamental reavaliar os modelos de divisão sexual do trabalho e a distribuição de poder, reconhecendo a presença diversificada das mulheres na pesca, que, em muitos contextos, não se limita a papéis discretos ou de apoio. A heterogeneidade é evidente

tanto no trabalho quanto na participação das mulheres na pesca, desafiando as abordagens simplistas delineadas por certos decretos recentes. Apesar de alguns avanços, a invisibilidade persiste, especialmente nas instituições que representam a categoria, onde a presença feminina em cargos de liderança, como presidentes de colônias, sindicatos ou associações de pescadores, ainda é escassa. A falta de informações sobre a participação política e a ocupação de cargos nessas instituições contribui para reforçar a invisibilidade das mulheres como sujeitos políticos, destacando a presença predominante e o poder masculino nesses espaços (ALENCAR, 2011).

Essa invisibilidade se acentua nas políticas públicas, como evidenciado pelo Decreto 8524/2015, que categoriza as mulheres como ajudantes de pesca, resultando na retirada de direitos previamente conquistados. A falta de reconhecimento estatal impede que as mulheres acessem programas sociais e previdenciários, como a aposentadoria, seguro saúde, licença maternidade, seguro de acidente de trabalho e o Seguro Defeso do Pescador Artesanal (SDPA), perpetuando a vulnerabilidade dessas trabalhadoras que operam diariamente em condições arriscadas, sem supervisão estatal (ALENCAR, 2011).

Contudo, contrapondo perspectivas históricas que concebiam a pesca como uma atividade predominantemente masculina, na narrativa estabelecida por Smith (1979), que enfatiza a escassa presença feminina nas atividades pesqueiras. Veríssimo (1970), e estudos posteriores, como os de Alencar et. al (2015), questionam essa visão unidimensional ao descreverem não apenas a participação ativa das mulheres na captura de peixes, mas também o seu papel abrangente em todo o ciclo pesqueiro, inclusive no ambiente marinho.

Dessa forma, para a indagação central desta seção: "Os ambientes pesqueiros, outrora exclusivos para os homens, agora incluem a participação das mulheres, ou as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na pesca, sendo invisibilizadas?". A resposta a essa questão é complexa e revela não apenas as transformações ao longo do tempo, mas também os desafios enfrentados pelas mulheres para terem seu papel reconhecido na pesca, as transformações históricas, as suas lutas persistentes por visibilidade, reconhecimento e equidade no universo da pesca artesanal na Amazônia. A análise das transformações históricas revela não apenas uma trajetória de inclusão, mas uma batalha contínua pela afirmação da identidade e reconhecimento

dessas mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da pesca sustentável na Amazônia abrange estratégias e medidas destinadas a assegurar a exploração responsável dos recursos pesqueiros, preservando a capacidade de regeneração das espécies e a integridade dos ecossistemas aquáticos a longo prazo. Ao longo dos séculos, a pesca evoluiu de técnicas rudimentares para uma atividade essencial no contexto socioeconômico global, proporcionando empregos e renda. No entanto, o desenvolvimento desenfreado levou a práticas prejudiciais, como a sobrepesca e a pesca predatória, ameaçando as populações aquáticas.

Ao revisitar as técnicas e práticas de pesca nas comunidades tradicionais do município de Itacoatiara, na região amazônica, esta pesquisa mergulhou nas riquezas do saber-fazer transmitido ao longo das gerações. Através da revisão bibliográfica emergiu uma tapeçaria complexa de estratégias pesqueiras, destacando a profunda interconexão entre a cultura, os saberes tradicionais e o cotidiano dessas comunidades ribeirinhas.

Conforme analisado neste estudo, foi concluído que os pescadores envolvidos em práticas de pesca sustentável no município de Itacoatiara – Amazonas, possuem um saber-fazer profundamente enraizado em técnicas artesanais. Utilizando uma variada gama de ferramentas de pesca, como espinhel, zagaia, caniço, redes de emalhe, tarrafa; curral de pesca; canoa; anzol, matupi, entre outros, esses pescadores demonstram uma conexão íntima com o ambiente aquático. Essas ferramentas, que vão desde escolhas de materiais até a concepção artesanal, representam a sabedoria acumulada ao longo do tempo e são fundamentais para enfrentar as complexas condições ambientais da região. Além disso, as práticas de pesca estão intrinsecamente ligadas a uma compreensão profunda desses ambientes relacionados à água, incluindo ciclos lunares, mitos e outros fenômenos. As técnicas aplicadas pelos pescadores, são sistematizadas e derivadas de conhecimentos tradicionais, abrangendo habilidades funcionais e estéticas.

O saber-fazer dos pescadores artesanais na Amazônia é um processo gradual, envolvendo o refinamento cognitivo e sensorial. Cognitivo no que tange o aprimoramento de habilidades mentais, o que pode envolver o desenvolvimento da memória, raciocínio lógico, resolução de problemas, atenção e tomada de decisões, e sensorial o que está relacionado aos sentidos, como a visão, audição, tato, paladar e

olfato, o aumento da sensibilidade, a percepção mais aguçada dos estímulos do ambiente, ou seja, esse refinamento sensorial implica em melhorar a experiência e a interpretação do meio por meio dos sentidos.

Esse refinamento cognitivo e sensorial na pesca tradicional envolvem aspectos como o conhecimento local, as estratégias de pesca; observação visual e auditiva para detectar padrões na água, como movimentos de cardumes ou mudanças de condições de tempo; a percepção tátil ao sentir as mudanças na tensão da linha ou na resistência da vara de pescar e das redes de emalhe; o conhecimento sobre a sazonalidade dos peixes e a adaptação ao ambiente aquático em que os pescadores necessitam desenvolver tecnologias específicas para o seu ambiente local, como armadilhas, redes ou até embarcações adaptadas às suas condições locais.

Quanto à transmissão dos conhecimentos tradicionais nas comunidade pesqueiras, esta pesquisa conclui que esse processo ocorre de forma oral, sendo repassado de uma geração para outra, com foco nas relações familiares, entre pais e filhos ou entre irmãos mais velhos e mais novos. A prática comum de integrar crianças nas pescarias desde tenra idade facilita uma aprendizagem prática das técnicas. Esse envolvimento direto possibilita que os pescadores assumam um papel ativo na educação, orientando passo a passo, demonstrando e explicando minuciosamente cada aspecto das práticas de pesca. Essa abordagem prática e personalizada desempenha um papel significativo na transmissão efetiva dos conhecimentos, consolidando a tradição ao longo das gerações.

Porém, enquanto buscamos analisar e compreender essas práticas ancestrais, somos conduzidos a direcionar nosso olhar para o presente desafiador que as comunidades ribeirinhas enfrentam em 2023. A emergência climática, exacerbada por fenômenos como o El Niño na Amazônia, adiciona uma camada de complexidade a esse cenário já dinâmico. As mudanças climáticas têm impactado significativamente o ecossistema aquático, afetando os ciclos sazonais, os padrões de chuva e a temperatura da água. Tais alterações têm repercussões diretas sobre os estoques pesqueiros e as práticas tradicionais de pesca.

As técnicas específicas para cada estação do ano e para enfrentar condições climáticas variadas ressaltam como a dinâmica ambiental molda as estratégias de subsistência. Contudo, diante da imprevisibilidade trazida pela emergência climática, os

pescadores se veem diante de desafios iminentes, os quais vão além dos encontrados costumeiramente por eles na pesca sustentável, com alterações nos padrões de migração dos peixes, variações na disponibilidade de determinadas espécies e, muitas vezes, condições climáticas extremas que dificultam as atividades pesqueiras e levam a morte centenas de peixes. Além disso, a elevação do nível do Rio Amazonas, tem impacto diretamente nas práticas de pesca, especialmente aquelas que dependem de estruturas fixas, como as cercas de vara mencionadas nessas seções anteriores. O aumento ou a diminuição dos níveis da água podem alterar a dinâmica dessas estruturas, afetando a eficácia das armadilhas utilizadas nas práticas de pesca tradicionais.

Desde o segundo semestre do ano de 2023, os amazonenses têm sido impactados diariamente pelos efeitos da seca, que se manifestam em diversas situações, rios transformados em estradas, botos mortos em lagos e dificuldades no transporte de suprimentos das comunidades ribeirinhas. Em Tapauá - Amazonas, os moradores foram surpreendidos com a notícia de que dezenas de pirarucus amanheceram mortos dentro da Reserva do Abufaria, um dos maiores tabuleiros de desova de quelônios de água doce da Amazônia, possivelmente devido à vazante severa, enfrentada pelo Amazonas, resultando na diminuição do nível do rio e na consequente falta de oxigênio para os peixes (LIMA, 2023).

Essa ocorrência não é um caso isolado, já que em Iranduba, centenas de peixes também perderam a vida devido à estiagem. Essa situação é motivo de preocupação para os ribeirinhos, que dependem da pesca e utilizam os peixes como fonte de alimentação. A área da reserva está sendo monitorada para minimizar ao máximo os impactos. A seca histórica no Amazonas já afeta 60 municípios, deixando mais de 200 mil pessoas enfrentando as consequências desse fenômeno (LIMA, 2023).

Ao final do mês de setembro e nas primeiras semanas de outubro de 2023, a região no entorno de Manaus, capital do Amazonas, testemunhou uma paisagem desoladora. Antigos corpos d'água agora estão secos, cobertos por lama, revelando bancos de areia nos rios Negro e Solimões-Amazonas. A escassez de água levou à morte de diversas espécies, incluindo peixes, jacarés, botos e tracajás. A equipe do Laboratório de Ecofisiologia Molecular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (LEEM-INPA) registrou impactos graves em Careiro Castanho, a cerca de 80 km de Manaus, onde lagos menores secaram, afetando comunidades ribeirinhas. As medições revelaram

temperaturas elevadas e baixos níveis de oxigênio na água, ameaçando ecossistemas aquáticos amazônicos e colocando em risco a sobrevivência de diversas espécies. O Rio Negro, que banha Manaus, experimentou uma significativa redução no nível, alcançando a segunda maior seca da história, com a possibilidade de quebrar recordes nas próximas semanas. O Amazonas enfrenta, sem dúvida, um fenômeno climático extremo (MOTA; SILVA, 2023).

A intensa seca que assolou a região resultou no isolamento de diversas comunidades ribeirinhas de Itacoatiara. Esta seca, considerada a mais severa dos últimos 25 anos no município, causou uma redução significativa no nível das águas, a ponto de impossibilitar a navegação de barcos pequenos. Como consequência, famílias inteiras foram impactadas pela escassez, enfrentando a necessidade urgente de acesso a água potável e alimentos.

Neste contexto, a pesquisa destaca não apenas a importância de compreender as práticas de pesca tradicionais, mas também de reconhecer a capacidade de adaptação das comunidades frente aos desafios contemporâneos. A urgência climática não apenas testa a adaptabilidade das técnicas pesqueiras, mas também ressalta a necessidade de ações coletivas para garantir a sustentabilidade a longo prazo das práticas de pesca ribeirinha e a preservação das comunidades que dependem delas.

A gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia, notadamente por meio de instituições como o Mamirauá no Amazonas, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, é crucial para proteger a biodiversidade e promover práticas sustentáveis na exploração dos recursos naturais. O Mamirauá tem desempenhado um papel grandioso na garantia da sustentabilidade das práticas de pesca tradicionais. No entanto, a emergência climática e eventos extremos, como a seca do Rio Negro em 2023, apresentam desafios significativos que comprometem a eficácia dessas estratégias de gestão.

Nesse contexto, a gestão dos recursos pesqueiros muitas vezes se vê absorvida por fenômenos climáticos extremos. A seca do Rio Negro, por exemplo, altera drasticamente os padrões de migração dos peixes, impactando a disponibilidade e distribuição das espécies. Os pirarucus mortos representam não apenas uma perda direta para as comunidades que dependem desses peixes, mas também desafiam as práticas tradicionais de manejo sustentável que visam preservar as populações de peixes.

Contudo, a seca intensa e suas influências na produção pesqueira revelam a necessidade urgente de abordagens integradas. A colaboração entre gestores, cientistas e as comunidades ribeirinhas torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias que permitam a coexistência entre práticas tradicionais e a resistência diante de eventos climáticos extremos. O desafio é, não apenas preservar as técnicas de pesca ancestral, mas também fortalecer a capacidade adaptativa das comunidades para enfrentar os impactos imprevistos da emergência climática.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira; PALHETA, Sandra Pereira; DE SOUSA, Isabel Soares. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. In: Elenise SCHERER. (Org.). “**Aqui estamos nós**”: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. 1aed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v. 1, p. 40-51.

ALMEIDA, C., Souza, L., & Santos, P. **Conhecimentos Tradicionais e Sustentabilidade na Pesca Indígena da Amazônia**. Editora Povos da Floresta, 2020.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mudanças e continuidades do aviação na pesca artesanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 65–76, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/kHjs9DSyZKMhjXzwhR7gXvQ/#>. Acesso em: 9 mar.2024.

ALVES, Vera Lucia Santos; ACIOLI, Moab Duarte. Um olhar decolonial sobre a territorialidade dos pescadores tradicionais do angari. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 29, n. 54, p. 56–65, 2020. DOI: 10.21527/2176-6622.2020.54.56-65. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/11453>. Acesso em: 9 mar. 2024.

ARAÚJO, Maria Vera Lúcia Ferreira de. **A Pesca do camarão da Amazônia a jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil**. Orientador: Dr. Israel Hidenburgo Aniceto Cintra. 128 f. 2013. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2013.

BALEE, William. **Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany - The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People**. Columbia University Press, 1994.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues. Saberes tradicionais como patrimônio cultural imaterial dinamizador do desenvolvimento sustentável. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Eletrônica, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/6018>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BEZERRA, Juliana. Povos pré-colombianos. [S. l.]:**Toda Matéria**, [entre 2011 e 2024]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/povos-pre-colombianos/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

BONETTI, Alinne de Lima. Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 105–122, 2009. DOI: 10.5433/2176-6665.2009v14n2p105. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4509>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRAZ-MOTA, Susana; SILVA, Tiago da Mota e. **Água a 38°C, peixe podre e jacaré morto: cientistas mostram colapso no AM**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2023/10/17/agua-a-38-oc-peixe-podre-e-jacare-morto-cientistas-mostram-colapso-no-am.html>. Acesso em: 2 dez. 2023.

CARRER, Larissa. Descubra 5 benefícios do Taperebá. **Blog Descobrindo a Amazônia**. Disponível em: <https://flordejambu.com/blog/descubra-5-beneficios-do-tapereba>. Acesso em: 9 mar. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 1ª Edição digital. São Paulo: Global, 2012.

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. **Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7280>. Acesso em: 9 mar.2024.

CONVENÇÃO para salvaguarda do patrimônio imaterial. Textos base Convenção. UNESCO, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por . Acesso em: 16 mar. 2024.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. **Construção naval artesanal e a metamorfose do trabalho, capital na Amazônia: um estudo sobre construtores de embarcações de madeira em Igarapé-Miri (PA)**. 2016. 165 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CORRÊA, Ellen Cristina da Silva. **Nomes a navegar: saberes, práticas e significados nos nomes das embarcações pesqueiras de Bragança-Pará**. Orientadora: Roberta Sá Leitão Barboza. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia - Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14261>. Acesso em: 9 mar.2024.

COSTA, Danilo Acatauassú da Silva Costa. **Seletividade do matapi para captura do camarão da Amazônia no baixo rio Tocantins, Amazônia, Brasil**. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2014.

DE MELO LIRA, Talita; DA COSTA, Klilton Barbosa. Política ambiental e comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB ANO XI VOLUME XXI-Janeiro-Junho 2016**, p. 123.

DE MORAES, Sérgio Cardoso. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal - DOI 10.5216/ag.v5i2.15477. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 88–105, 2011. DOI: 10.5216/ag.v5i2.15477. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/15477>. Acesso em: 9 mar. 2024.

DESCOLA, Philippe. Além da natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, pp. 7-33, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/1116>. Acesso em: 9 mar. 2024.

DORIA, Caroline Rodrigues da Costa. *et al.* O uso do conhecimento ecológico tradicional de pescadores no diagnóstico dos recursos pesqueiros em áreas de implantação de grandes empreendimentos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 89-108, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgclefindmkaj/https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/34196/22871>. Acesso em: 9 mar. 2024.

EMBALÓ, Lamine. **Pesca sustentável: análise da sustentabilidade da política de pescas na Guiné-Bissau**, 2021. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Governança Sustentabilidade do Mar, Escola de Ciências Sociais e Humanas (ISCTE), Programa de Pós-Graduação em Governança Sustentabilidade do Mar, Instituto Universitário de Lisboa, 2021. Disponível em: 9 mar. 2024. Acesso em: 9 mar.2024.

FALABELLA, Pedro G.R. **A pesca no Amazonas: problemas e soluções**. 2ª edição. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

FARIAS, Dália Poliane Feitosa. **Macunaíma, nos rastros da Cobra Grande**, 2019. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Estudos Sociais e suas Humanidades, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

FERNANDES, Ellan Rodrigo Monteiro Paes. **Atividade diária e pesca do camarão-da-amazônia *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862), no município de Itacoatiara-AM**. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5483>. Acesso em: 9 mar. 2024.

FERREIRA, A., Souza, J., & Costa, M. **Práticas de Pesca dos Povos Indígenas na Amazônia**. Editora Povos da Floresta, 2018.

FIGUEIREDO, Noelle Carneiro de; PEREIRA, Samantha Aquino. **Avaliação do desembarque pesqueiro efetuado no município de Itacoatiara, Amazonas**, 2013. Relatório de Pesquisa, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto de

Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), 2023. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/3031>. Acesso em: 9 mar. 2024.

FONSECA, Dante Ribeiro. A pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (séculos XVII ao XIX). **Saber Científico**, Porto Velho, v. 1, n 2, p. 201. 2022, jul. /dez, 2008. Disponível em: <https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/1117>. Acesso em: 9 mar. 2024.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série Antropologia, Belém, n. 79, p. 1-50, abr. 1981. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/699>. Acesso em: 9 mar. 2024.

GEERTZ, C. O Selvagem Cerebral: sobre a obra de Claude Lévi-Strauss. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 12, n. 12, p. 119-133, 2004.

GÓMEZ-GARRETA, M. (2019). **Historical changes in Amazonian fisheries and their implications for current fishery management**. In D. M. Kaplan, A. T. Turra, & A. C. Braga (Eds.), *Fisheries in the Anthropocene* (pp. 73-92). Springer.

GONÇALVES, F., Santos, M., & Lima, R. **Pesca Tradicional na Amazônia: Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas**. Editora Floresta Amazônica, 2019.

GONÇALVES, Maiara Malta. **Análise pós-colonial sobre a obra O amante das amazonas, de Rogel Samuel**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Mestrado Acadêmico em Estudos Literários, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4192>. Acesso em: 9 mar. 2024.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da Sudepe à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 49, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763). Acesso em: 9 mar. 2024.

INGOLD, Tim (Ed); PALSSON, Gisli (Ed). **Biosocial Becomings. Integrating social and biological anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press. 2013. 286 pp.

INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 169-182, jun. 2018. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/55908>. Acesso em: 09 mar. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/cra.v19i1.55908>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Itacoatiara**. Brasil: [s.n], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/itacoatiara.html>. Acesso em: 9 mar. 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Artes da pesca**. Itajaí: Cepsul, [entre 2010 e 2024]. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/artes-de-pesca.html>. Acesso em: 9 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal>.

ISAAC, Victoria Judith.; SILVA, Claudemir Oliveira da; RUFFINO, Mauro Luis. A pesca no Baixo Amazonas. In: RUFFINO, M. L. (Ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Ibama/Provárzea, 2004. p. 185-211.

ITACOATIARA Ato de criação: Lei nº 74 de 25/04/1874 . Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Itacoatiara-2011.pdf> . Acesso em: 9 mar. 2024.

LEAL, Ana Paula Rodrigues Linhares. Ensino de ciências para a conservação, sustentabilidade e biodiversidade do Cerrado: Análise da transversalidade dos ODS. In: KOCHHANN, A.; SOUZA, J. O. (Orgs.). **Reflexões sobre o Ensino e a Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 193-202. ISBN: 978-65-999183-3-9 DOI: 10.58203/Licuri.83404. Disponível em: <https://editorallicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/103/67>. Acesso em: 9 mar. 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem** / Claude Lévi-Strauss; (tradução de Tânia Pellegrini). Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, Ana Carolina Barbosa de; ALMEIDA, Oriana Trindade de (Org.). **Uso de recursos naturais na Amazônia: experiências locais e ferramentas para governança**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019. E-book (258 p.). Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/927>. Acesso em: 9 mar. 2024.

LOPES, Priscila F.M.; FREITAS, Carolina Tavares; BEGOSSI, Alpina. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10303/0>. Acesso em: 9 mar. 2024.

MARIANO, Olegário. A Iara. In: **Canto da Minha Terra**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora a noite, [s.d.], p.24-32.

MERCEDARIANOS. Portal Infopédia. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-ao/Merced%C3%A1rios>. Acesso em: 03 de março de 2024.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e diversidade**. Ibplex. Curitiba, 2008.

MUNICÍPIO de Itacoatiara. [S.l.]: Cidade Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-itacoatiara.html>. Acesso em: 9 mar. 2024.

NETO, Antonio de Santana Padilha. et al. **A ecologia humana e (des)umanidade: da pesca insustentável aos resíduos plásticos**. Editora científica, v. 1, pag. 1-31, 2023.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 115-131, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000100007>. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/PNmFtzGSKBhnfZGMnNmRd8j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2024.

PALEOÍNDIO. [S.l.]: Dicionário Priberam, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/paleo%C3%ADndio>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PAULA, Cristiano Quaresma de. A pesca artesanal na geografia brasileira: Impactos/Conflitos, Ambientes/Territórios. **Para Onde !?**, v.12 n. 1, 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <https://doi.org/10.22456/1982-0003.93488>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/93488/54139>. Acesso em: 9 mar. 2024.

PENA, Márcia Reis. *et al.* Consumo de pescado, em área urbana, no município de Itacoatiara/AM, Brasil. **Semear**, v. 4, n. 1, p. 17-28, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/ralnuts/article/view/11658>. Acesso em: 9 mar. 2024.

PINHEIRO, Karina. Descubra por quê Itacoatiara é conhecida por ser a cidade da pedra pintada. **Portal Amazônia**. Manaus, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/descubra-por-que-itacoatiara-e-conhecida-por-ser-a-cidade-da-pedra-pintada> . Acesso em: 9 mar. 2024.

PIRARUCUS amanhecem mortos dentro de reserva em Tapauá no Amazonas. **Am Post**. Manaus, 6 out. 2023. Disponível em: <https://ampost.com.br/amazonas/pirarucus-amanhecem-mortos-dentro-de-reserva-em-tapaua-no-amazonas>. Acesso em: 9 mar. 2024.

RAMOS, Graciliano; Lebensztayn, Ieda (Org.); SALLA, Thiago Mio (Org.). **Conversas**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2014.

REIS, M. M. T. *et al.* Socioeconomic aspects and profile of fishing according to fishers of commercial edible fish in the municipality of Barcelos, middle Negro River, Amazonas, Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v. 82, p. e264210, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/D9VJbYRNBtV9fPzVJKPNHQP/?lang=en>. Acesso em: 9 mar. 2024.

REVISTA ETHOS & EPISTEME: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Ano XI, Volume XXI. — Manaus: FSDB, 2016 — 184 v.;29 cm. Semestral. ISSN 1809-0400. 1 Educação 2 Ciências Sociais 3 Humanas – Periódicos

RIBEIRO, Diemerson da Silva; BELO, Geovane Silva. A cosmogonia Amazônica na poética do imaginário de João de Jesus Paes Loureiro. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 1, p. 43-59, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/24183/15396>. Acesso em: 9 mar. 2024.

RODRIGUES, João Barbosa. **Lendas, Crenças e Superstições**. In: Revista Brasileira. Tomo X. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, p.37.

RODRIGUES, Luís Manuel dos Ramos. **Ética ambiental aplicada ao sector das pescas**, 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Cidadania Ambiental, Universidade Aberta, Lisboa, 2013. 127 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2611>. Acesso em: 9 mar. 2024.

RUFFINO, Mauro Luis (Coord.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Manaus: Ibama, 2005.

SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática: dois paradigmas da teoria antropológica. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Creuza Andréa Trindade dos (Org); CHAVES, Mayco Ferreira (Org). **Guia para a elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa**. 2ª ed. rev. atu. Santarém: Ufopa, 2019.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ng4SsFTVqL6WwfHkJ4pGmwp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará**: Estudo de Caso no Nordeste Paraense. Janeiro de 2005.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. **A Cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará**: Estudo de caso no Nordeste Paraense. Amazônia: Ciência. & Desenv., Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

SERRÃO, Elizabete de Matos. *et al.* Conhecimento tradicional de pescadores sobre o comportamento reprodutivo de peixes em uma lagoa de inundação no oeste do Pará, Brasil. **Sociedade & Natureza**, [S. 31, 2019. DOI: 10.14393/SN-v31-2019-45133. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/45133>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SILVA, Lucas Antônio da. Nas cordas, anzóis, redes e gaiolas: seguindo os materiais na pesca artesanal. **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 115-128, jan./jun. 2017.

SILVA, Rayanna Graziella Amaral da. **Peixes do Lago de Serpa**: diversidade e distribuição da fauna de peixes, dinâmica da pesca e consumo do pescado. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara-AM, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7426>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SILVA, Rubens Elias da; VIEIRA, Thiago Almeida; ALVES, Helionara da Silva; FERREIRA, Roberth Rodrigues. **Espaços Naturais e Culturas Locais**: Possibilidades Alternativas à Amazônia. [S.l.]: Arribaçã, 2021.

SILVA, Rubens Elias da. 2017. Por uma reforma agrária aquática? Luta por reconhecimento social dos ribeirinhos do rio Tapajós para a construção de acordos de pesca. **Revista Ciências da Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 81–102, 2018. DOI: 10.30810/rcs.v1i2.477. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/477>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SMITH, Nigel J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: INPA, 1979.

SOUZA, Jucilene Oliveira de (Org.); KOCHHANN, Andrea. **Reflexões sobre o Ensino e a Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 193-202. Disponível em: <https://editorialicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/124>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Raphael Ramos Monteiro de. A política de pesca sustentável (Lei nº 11.959/2009) e a ética: entre excelência, dever e utilidade. **Revista FIDES**, v. 2, n. 2, 28 dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/90/95>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SUZUKI, M.A.L.; PONTE, S.C.S.; ZACARDI, D.M. Caracterização da pesca e percepção ambiental de pescadores de um lago de inundação no Baixo Amazonas: perspectivas para o manejo. In: LIMA, A.C.B.; ALMEIDA, O.T. (Ed.). **Uso de recursos naturais na Amazônia**: experiências locais e ferramentas. Belém: Atena. 2019a. p.49-87.

TUXAUA. **Portal Amazônia**, Manaus, 21 abr. 2021. Disponível em: https://portalamazonia.com/amazonia-az/tuxaua_. Acesso em: 03 mar. 2024.

VERÍSSIMO, José. **A Pesca na Amazônia**. Belém: UFPA (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo), 1970.

VIANA, J. P. A pesca no Médio Solimões. In: RUFFINO, M. L. (Ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p. 245-268.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZACARDI, Diego Maia; PONTE, Silvana Cristina Silva da; SILVA, Ádria Juliana Sousa da. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais de uma comunidade às margens do rio Tapajós, Estado do Pará. **Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, v. 10, n. 19, p. 129-148, jul/dez, 2014.